

IPSAS

As cinco primeiras Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (Ipsas) começaram a vigorar no país em janeiro

O BRASIL NA VANGUARDA

A nova presidente da Ifac, Rachel Grimes, explica os desafios globais da entidade e faz elogios ao desempenho do país

NOCLAR

A norma Noclar - Resposta ao Descumprimento de Leis e Regulamentos - do lesba, e o processo de adoção no Brasil

NOVO RELATÓRIO DO AUDITOR

Conheça a percepção de executivos sobre o Novo Relatório do Auditor

O valor da auditoria

Enquanto o mundo se transforma aos nossos olhos, nós nos voltamos para a essência do que somos. Nós, da Deloitte, estamos comprometidos, mais do que nunca, em servir como guardiões da qualidade.

Nossos profissionais estão imbuídos do propósito de disseminar transparência e credibilidade diante dos agentes de mercado, órgãos reguladores e demais *stakeholders*. Nosso olhar está pronto para captar o presente dinâmico e ajudar a enxergar e impactar o futuro.

Descubra o valor do que realmente importa.

www.deloitte.com.br



Deloitte.



Tempo de fortalecimento

O ano de 2017 será de grande relevância no processo de alinhamento do Brasil com as normas contábeis internacionais, o que traz importantes desafios à atividade de auditoria independente.

Esta edição da Revista Transparência trata das International Public Sector Accounting Standards (Ipsas), e do processo de implementação no Brasil com vistas a maior solidez da contabilidade pública, e da norma Noclar – Responding to Non-Compliance with Laws and Regulations (Resposta ao Descumprimento de Leis e Regulamentos) –, do International Ethics Standards Board for Accountants (Iesba). Em entrevista, o presidente do Iesba, Stavros Thomadakis, explica que a Noclar é consistente com a responsabilidade da profissão contábil, de agir pelo interesse público.

Outro destaque desta edição é a entrevista da presidente da International Federation of Accountants (Ifac), a australiana Rachel Grimes, a segunda mulher a presidir a entidade e que tomou posse em novembro de 2016. Para ela, o Brasil é de importância vital para a economia global, como líder regional e como componente significativo da profissão contábil globalmente.

Registramos também a percepção de executivos sobre o Novo Relatório do Auditor, já aplicado nas auditorias do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, e suas opiniões sobre o impacto na governança corporativa da companhia auditada e no entendimento sobre o papel e as responsabilidades, tanto da organização, quanto do auditor independente.

Confira também o perfil de Leonardo Nascimento, coordenador-geral de Normas de Contabilidade Aplicadas à Federação, na Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda, e representante brasileiro no International Public Sector Accounting Standards Board (Ipsasb) que conta com o apoio da Ifac. Ele pretendia se dedicar à carreira militar mas, por influência de um tio que era contador, acabou se dedicando à contabilidade.

Boa leitura,

Idésio Coelho
PRESIDENTE DO IBRACON



Foto: Arquivo Ibracon

Nesta edição



Foto: arquivo Ibracon

22

Desafios da Noclar

A norma Noclar - Resposta ao Descumprimento de Leis e Regulamentos - do lesba, traz grandes desafios e maiores responsabilidades aos profissionais da Contabilidade. E o presidente do lesba, Stavros Thomadakis, fala sobre a adoção da Noclar pelo Brasil.

16

Novo Relatório do Auditor

Conheça a percepção de executivos sobre o Novo Relatório do Auditor e a sua contribuição para melhorar a governança das companhias.

Entrevista

Rachel Grimes, a nova presidente da International Federation of Accountants (Ifac), explica os desafios globais da entidade, elogia a estrutura regulatória do Brasil e o Exame de Suficiência dos contadores, o único da América do Sul.

6



Foto: Arquivo Ifac

Pacto pelo Brasil

Os Observatórios Sociais fomentam a participação do cidadão na fiscalização dos recursos públicos, monitorando as compras dos municípios.

Foto: Arquivo CFC



12

Prêmio Transparência Ibracon

Em sua 6ª edição, o Prêmio Transparência de Jornalismo e o Prêmio Transparência Universitário anunciam os vencedores que viajarão a Londres no segundo semestre do ano.

Ilustração: Ingram Image

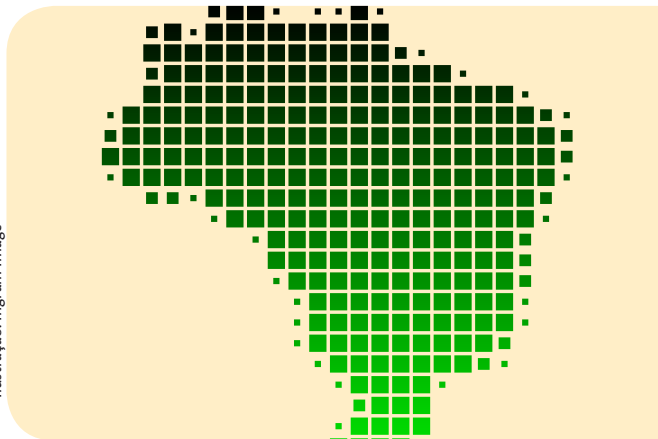


28

O Brasil e as Ipsas

As Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, as chamadas Ipsas (do inglês International Public Sector Accounting Standards), começaram a vigorar no país em janeiro.

Ilustração: Ingram Image



34

7ª Conferência Brasileira de Contabilidade e Auditoria Independente

O evento ocorrerá nos dias 26 e 27 de junho, no Teatro Bradesco, em São Paulo, com a presença de palestrantes nacionais e internacionais.

Foto: arquivo Ibracon



38



“A aceitação global das normas contábeis é o nosso maior desafio hoje”

Desde novembro de 2016 à frente da Federação Internacional dos Contadores (Ifac), a australiana Rachel Grimes, segunda mulher a presidir a entidade, destaca o papel de vanguarda do Brasil na trajetória da entidade e elogia a estrutura regulatória do país e o Exame de Suficiência dos contadores – o único da América do Sul.

Para Grimes, é fundamental defender a reputação dos contadores como consultores confiáveis para as comunidades a quem servimos, lembrando aos *stakeholders* nosso compromisso com o interesse público. Grimes acredita que a aceitação global das normas contábeis é o principal desafio da Ifac. “Isso facilitará o fluxo de capital em todo o mundo e, em particular em regiões onde se faz mais necessário. Também irá reforçar a exatidão, a pontualidade e a relevância de informações contábeis a um público maior de usuários”. Com isso, será possível reconstruir a confiança da população nas instituições. “Cada um de nós precisa considerar como podemos construir confiança – seja definindo um exemplo ético no trabalho ou ajudando uma instituição, pública ou privada, a tornar-se mais responsável e transparente em suas operações e gastos”.

RT – Em novembro, a Ifac realizou a sua Assembleia Anual no Brasil. Foi a primeira vez que o evento ocorreu em um país latino-americano. Fale um pouco

sobre sua vinda ao Brasil e como você avaliaria a experiência?

Rachel Grimes – Para a profissão contábil, foi um momento histórico – pela primeira vez, uma Assembleia Anual aconteceu na América do Sul. O grupo de contadores brasileiros foi excelente anfitrião; toda a família Ifac global se sentiu extremamente bem-vinda, graças à sua hospitalidade. Todos os participantes se encantaram ao ouvir o Ministro Gilmar Mendes falar de forma tão eloquente sobre o crescente papel exercido pela profissão no Brasil, no fortalecimento tanto da economia quanto das instituições brasileiras.

Além da formalização da minha posse na Presidência da Ifac, foi também durante nossa reunião que Idésio Coelho foi nomeado para o Conselho de Administração da Ifac. Sou muito grata pela oportunidade de desempenhar um papel de liderança perante o que acredito ser uma das profissões verdadeiramente honrosas do mundo e de servir ao Conselho de Administração com contadores tão talentosos e apaixonados quanto Idésio.



Rachel Grimes

RT – Como você vê a contabilidade e a auditoria independente no Brasil?

RG – O Brasil é de importância vital para a economia global, como líder regional e como componente significativo da nossa profissão globalmente. Nós, da Ifac, nutrimos muito respeito por nossa história – o Brasil foi um de nossos membros fundadores, nos idos de 1977. Seu país tem estado conosco desde o início e a voz do Brasil continua a ser parte vital do futuro global da profissão.

O Brasil tem uma forte estrutura legal e regulatória, que permite o desenvolvimento da profissão contábil. Seu Exame de Suficiência, obrigatório para todos os contadores profissionais, também faz de vocês um líder regional, como o único país latino-americano a exigir um exame uniforme para todos os contadores.

Há também uma série de projetos planejados ou em execução, incluindo

o desenvolvimento e a implementação de um programa obrigatório de educação continuada, em linha com as Normas Internacionais de Educação e a



criação de um roteiro para adoção de Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

O ano de 2017 será um marco para a profissão de auditoria, com as Normas Novas e Revisadas do

Relatório do Auditor Independente, do Conselho Internacional de Normas de Auditoria (Iaasb).

O trabalho da profissão contábil brasileira com os reguladores, para promover as normas internacionais, também faz uma diferença significativa. Trabalhar com as autoridades nacionais e com os principais *stakeholders* é absolutamente necessário. Nossos *stakeholders* necessitam de uma compreensão abrangente da profissão contábil e dos papéis cruciais que desempenhamos nas economias. E eu aplaudo a abordagem colaborativa do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e do Ibracon – seu trabalho conjunto em assuntos estratégicos ajuda no crescimento e fortalecimento da profissão contábil como um todo.

RT – Como você analisa a sinergia entre a Ifac e as instituições brasileiras

Foto: arquivo Ifac

de contabilidade, tais como o Ibracon e o CFC?

RG – A Ifac existe para servir a suas organizações membros, como o Ibracon e o CFC. Nossos membros norteiam toda nossa estratégia e, é claro, o Brasil está representado no Conselho de Administração da Ifac. Muitos de nossos membros também contribuem com seus conhecimentos e habilidades, por meio de comitês – Monica Foerster atualmente preside o Comitê de Firmas de Auditoria de Pequeno e Médio Portes da Ifac e Guy Almeida Andrade é membro do Comitê de Nomeações, e ambos foram indicados pelo CFC e pelo Ibracon. Também na Ifac temos a representação brasileira de Leonardo Silveira do Nascimento com a assessoria técnica de Ayres Moura no International Public Sector Accounting Standards Board (Ipsasb); e Robert Juenemann no International Ethics Standards Board for Accountants (Iesba).

Nossos membros possuem experiência local e nacional importantes, que ajuda a divulgar o trabalho da Ifac em nível global. Através desta colaboração com nossas organizações membros, avançamos em benefício de toda a profissão.

RT – Quais são as perspectivas para a profissão contábil no mundo?

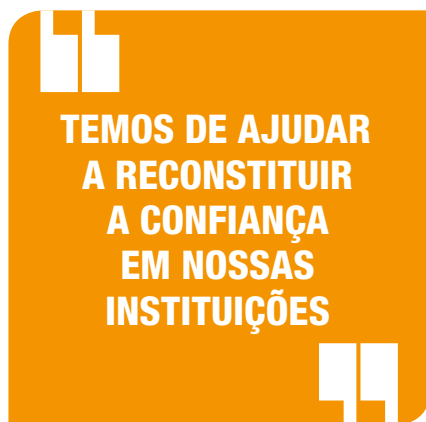
RG – Muitas vezes falamos sobre como confiança e credibilidade são fundamentais para a manutenção da contabilidade, no país e no exterior. Mas também sabemos que a confiança em governos e instituições está diminuindo globalmente – o Edelman Trust Barometer de 2017 chamou isso de “implosão global” da confiança. A confiança vem sendo desgastada há anos, mas 2016 confirmou o quanto pode impactar significativamente em esferas diferentes.

Temos a responsabilidade de ajudar a reconstruir a confiança – em nossas

instituições, em nossos governos e, é claro, em nossa profissão. Cada um de nós precisa considerar como podemos construir confiança – seja definindo um exemplo ético no trabalho ou ajudando uma instituição, pública ou privada, a tornar-se mais responsável e transparente em suas operações e gastos.

RT – Quais serão as principais áreas de atividade em sua gestão?

RG – O que diferencia a profissão contábil é a estrutura ética que definimos a cada dia. Então, é justo dizer que proteger esta estrutura e auxiliar cada contador a demonstrá-la e a continuar a



ganhar a confiança de empresas, comunidades e governos esteja no topo de minha agenda.

Ao mesmo tempo em que precisamos proteger essa força, o mundo está mudando rapidamente e precisamos enfrentar os desafios e as oportunidades decorrentes da transformação digital. Temos que entender como o papel dos contadores irá mudar e as habilidades de que precisaremos para nos adaptar. Expandir nossos dados e habilidades analíticas parece ser um exemplo de como podemos nos adaptar. Criei recentemente um Grupo de Consultoria em Transformação Digital Especializada, para orientar o Conselho de Administração da Ifac a nos

manter atualizados sobre os últimos desenvolvimentos.

Também em minha agenda está atrair e reter pessoas talentosas na profissão. Há tantas excelentes e diversas opções de carreira na profissão disponíveis para os jovens, mas o estereótipo do contador chato ainda existe. Precisamos mostrar quantas portas uma carreira em contabilidade abre – é realmente possível ir a qualquer lugar e nós temos que deixar isto claro.

RT – Quais são os principais desafios da profissão contábil hoje?

RG – Proteger nossa reputação como consultores confiáveis para as comunidades a que servimos sempre tem que estar entre os maiores desafios globais – deve estar sempre em nosso radar. A cada oportunidade, precisamos lembrar nossos *stakeholders* sobre nosso compromisso com o interesse público, e – mais importante ainda – demonstrar como iremos nos manter fieis a ele.

Atrair e reter pessoas para a profissão é um desafio contínuo, dada a extensão da concorrência e ao limitado número de talentos. A forma como utilizamos a tecnologia será crucial para demonstrar nosso valor e relevância.

E precisamos continuar a defender a importância do estabelecimento de normas globais de interesse público. Nosso Código de Ética, reconhecido globalmente, é o que nos distingue de outras profissões – e nossas Normas de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, de auditoria, educação e ética constituem um elemento importante da arquitetura financeira global. Quer se trate de melhorar a adoção e a implementação de normas em nossos próprios países, ou de auxiliar nossos colegas em outras regiões a adotá-las globalmente, há muito mais que podemos fazer para atuar juntos e avançar neste importante trabalho.

RT – O aprimoramento contínuo dos profissionais da Contabilidade no Brasil é objeto de grande preocupação e exige esforços em várias frentes. Em sua opinião, esta é uma questão crucial para a profissão em geral?

RG – Eu sinceramente aprecio o fato de a profissão no Brasil já estar profundamente envolvida com educação e aplaudo vocês por isso. Temos que continuar a evoluir tanto na forma como no conteúdo do que os contadores profissionais aprendem – desenvolvimento profissional inicial, bem como desenvolvimento profissional contínuo. Cada um de nós precisa ser aprendiz por toda a vida por nossas habilidades e conhecimentos precisam ser atualizados e estar em constante crescimento, o que é claramente um desafio significativo para toda nossa profissão e envolverá, como você disse, diversas frentes.

RT – Ética e transparência estão cada vez mais ligadas à profissão contábil. Como a Ifac vê o papel dos profissionais da Contabilidade com relação a isso?

RG – Ética é parte integrante do que fazemos – como profissão e como contadores profissionais individuais. Ética não apenas define nossa profissão, como ajuda a nos diferenciar. Precisamos proteger e demonstrar ativamente ética em tudo o que fazemos. O Ministro Gilmar Mendes ilustrou à nossa reunião de Conselho o quanto essa profissão no Brasil tem sido fundamental no desenvolvimento econômico do país. Um componente crítico desse desenvolvimento tem sido a contínua demonstração de alto grau de ética da profissão. Sei que os presentes também gostaram de ouvir como a profissão no Brasil tem sido envolvida na reforma do financiamento de campanhas políticas, para

umentar transparência e responsabilidade na prestação de contas.

RT – Quando foi eleita para a presidência da Ifac, você assinalou que este é um momento de grandes desafios globais, mas também de notáveis oportunidades de fortalecer a profissão contábil e promover a adoção de normas globais de interesse público. Você pode discutir essas questões?

RG – As questões que abordamos anteriormente são todas críticas, mas eu chamaria a aceitação global de normas contábeis como talvez nosso maior desafio, hoje. A aceitação internacional



dessas normas irá ajudar a facilitar o fluxo de capital em todo o mundo, e em particular em regiões onde se faz mais necessário. Também irá reforçar a exatidão, a pontualidade e a relevância de informações contábeis a um público maior de usuários. Acredito que isto seja possível.

RT – A Assembleia Anual da Ifac formalizou a nomeação do presidente do Ibracon, Idésio Coelho, como membro do Conselho de Administração da Ifac e o ex-presidente do Conselho de Administração do Ibracon, Guy Almeida Andrade, como membro do Comitê de Nomeação da entidade. Além disso, outros membros brasileiros ocupam cargos no SMPC, Ipsasb e lesba. Em sua opinião, como

essas nomeações podem beneficiar a profissão contábil no Brasil?

RG – O Conselho e os comitês da Ifac, bem como os conselhos independentes de estabelecimento de normas, atraem indivíduos extremamente talentosos e qualificados, com ampla experiência. Ter vários membros do Brasil reflete a força da profissão no país e o valor que o Ibracon e a profissão em todo o país depositam no trabalho crucial desses conselhos de liderança.

Embora os membros de cada conselho e comitê atendam ao público e não a qualquer interesse nacional, eles ainda estão avançando na contabilidade em seu país e região: estabelecendo relações com *stakeholders*, trazendo perspectivas e questões de sua própria experiência para o debate global e colaborando com outros *stakeholders* e órgãos reguladores. Este crescimento profissional individual também serve à organização membro, contribuindo para o seu desenvolvimento, crescimento e avanço.

RT – Com mais de 25 anos de experiência no setor de serviços financeiros, você é membro de três órgãos australianos: Chartered Accountants Australia and New Zealand (CA ANZ), CPA Australia e Institute of Public Accountants (IPA) e ocupa o cargo de CFO do Grupo Westpac, uma companhia multinacional de serviços financeiros. Como você vê o crescimento do uso de tecnologia na contabilidade?

RG – A mudança tecnológica já está em andamento, em nossa profissão e praticamente em todos os outros aspectos de nossas vidas. Computação em nuvem, aplicativos hospedados, Big Data e a ascensão da inteligência artificial já estão transformando os negócios, e as áreas de contabilidade e finanças. A tecnologia está

transformando atividades e processos, tornando-se uma *commodity* acessível. A tecnologia hoje permite a compilação, cálculo e coleta de informações mais rápidos, mais precisos e transparentes, bem como a solução avançada de problemas.

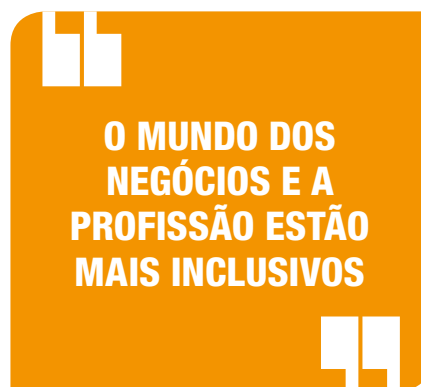
Mas enquanto a tecnologia pode rapidamente gerar informações, profissionais especializados são necessários para transformá-las em valor. Existe a necessidade correspondente de mais profissionais capazes de traduzir os dados brutos disponíveis, combinados com o conhecimento de um setor ou função, e de torná-los acessíveis para toda organização.

A tecnologia irá mudar a forma como trabalhamos. Mas nós decidimos se iremos ser varridos pelas ondas da mudança ou surfar em sua crista e influenciar a agenda de mudanças para garantir que nós – e a próxima geração de contadores – estejamos prontos para enfrentar os desafios da economia global.

RT – Sendo uma profissional nascida na Austrália, em sua opinião, o que sua eleição representa para seu país e outros países, notadamente os da Oceania e América Latina, que estão fora do eixo Europa e EUA/Canadá?

RG – Estou muito contente por ser a segunda presidente da Ifac da Austrália e meu país tem uma profissão de classe mundial e alta reputação. Meu papel na Ifac é representar toda a profissão global. Brasília é tão importante para mim quanto Brisbane, Bangalore, ou Berlim. E o vice-presidente é In Ki Joo, da Coreia. O Conselho da Ifac e os comitês que assessoram a Ifac, bem como os conselhos independentes de estabelecimento de normas, são criteriosamente compostos para refletir uma gama tão ampla de perspectivas internacionais quanto possível.

RT – Você é conhecida pelo amplo conhecimento de contabilidade, pelo estilo dinâmico e inclusivo de liderança, e por sua capacidade de alcançar resultados tanto para a organização quanto para a equipe. Você é vista como uma das principais responsáveis por promover a diversidade e a inclusão no ambiente de trabalho, tendo sido finalista do Prêmio Mulheres de Influência da Westpac, na categoria Inclusão e Diversidade, de 2013 a 2015. De onde vem sua paixão por desenvolver e conduzir talentos, construindo equipes fortes e coesas e capacitando pessoas?



RG – A diversidade melhora o desempenho financeiro das organizações e também o desempenho e a reputação globais do negócio. As empresas com lideranças de maior diversidade desfrutam de maior retorno de capital do que as empresas com liderança de menor diversidade.

Isto é igualmente verdadeiro para a nossa profissão – a profissão contábil global é capaz de atingir seu potencial máximo quando atraímos membros e líderes do mais amplo *pool* de talentos.

Mas a questão não é apenas recrutar talentos diversos – é também garantir oportunidades de crescimento, desenvolvimento e liderança. Ou seja, integrar plenamente a mais vasta gama

de pessoas em todos os aspectos de nossa profissão e levar em conta suas perspectivas, ideias e talentos.

Ao longo das últimas décadas, o mundo dos negócios e a profissão contábil certamente se transformaram em ambientes mais inclusivos. Mas ainda há muito a ser feito; mesmo em países e setores onde a diversidade ficou mais comum, a inclusão e o avanço continuam sendo desafios. Por exemplo, em economias emergentes, as mulheres representam menos de 5% dos sócios em firmas de contabilidade.

Este é um problema para toda a nossa profissão e todos os clientes. A inclusão não é apenas a coisa certa a fazer – é uma necessidade essencial de estratégia e desenvolvimento de negócios para a profissão.

RT – Com um mandato até novembro de 2018, você é a segunda mulher a presidir a Ifac. Que mensagem você gostaria de deixar para as mulheres profissionais da Contabilidade?

RG – Minha mensagem a todos os contadores é fundamentalmente a mesma: somos parte de uma profissão em que se baseiam empresas, governos e sociedades, e nossa contribuição à sociedade remonta a séculos. Somos parte essencial para o crescimento econômico, transparência e responsabilidade. Mas todos precisamos buscar oportunidades, defender nossos clientes e o público, e demonstrar como nos mantemos fieis ao nosso compromisso com o interesse público, a cada possível mudança.

Esta é uma profissão que permite que se tenha passaporte global para o mundo. Permite que se afaste e se torne à profissão conforme necessário. Ela fornece as bases para uma longa carreira e pode levá-la a muitas diferentes direções. ✓

Inscrições abertas!

7^a | CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE E AUDITORIA INDEPENDENTE

Programação

- ✓ Primeiras experiências do Novo Relatório do Auditor (NRA);
- ✓ Noclar - Resposta ao descumprimento de leis e regulamentos;
- ✓ Compliance regulatório para FAPMP;
- ✓ Contabilidade Aplicada ao Setor Público (IPSAS);
- ✓ Atualidades das IFRS;
- ✓ Avanços tecnológicos na atividade de auditoria independente;
- ✓ Tendências da era digital;
- ✓ Auditoria digital;
- ✓ Inteligência da informação na era digital.



Comunicação Ibracon

26 e 27 de junho de 2017

Teatro Bradesco / São Paulo - SP

Acesse: www.ibracon.com.br/conferencia

Realização

IBRACON
INSTITUTO DOS AUDITORES INDEPENDENTES DO BRASIL

Apoio

CFC
CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE



Foto: arquivo CFC

Da esquerda para direita: Ney da Nóbrega Ribas, presidente da OSB; Claudio Pacheco Prates Lamachia, presidente da OAB, e José Martonio Alves Coelho, presidente do CFC

Pacto pelo Brasil

Os Observatórios Sociais (OS) querem fomentar a participação do cidadão na fiscalização dos recursos públicos, monitorando compras dos municípios

Um pacto pelo Brasil, baseado no princípio de que a justiça social só será alcançada quando todos os agentes econômicos recolherem seus tributos corretamente e os agentes públicos os aplicarem com ética e eficácia. Um pacto apartidário e com visão de longo prazo.

Em síntese, esses são os objetivos que nortearam o nascimento dos Observatórios Sociais, que atuam em uma ampla rede

coordenada pelo Observatório Social do Brasil (OSB), presente em 120 municípios espalhados por 19 estados brasileiros.

O empresário paranaense Ney da Nóbrega Ribas, presidente do OSB, destaca que a organização foca suas ações nos municípios. “Os Observatórios Sociais fomentam a participação do cidadão na fiscalização dos recursos públicos a partir de uma metodologia de monitoramento de compras públicas nos municípios. Os habitantes das cidades aprendem a fiscalizar as contas, exercendo o controle social e evitando desvio de recursos”, diz Ribas.

“Além de disseminar uma consciência cidadã, estimulamos o fortalecimento da

Foto: Robson Cesco



José Martonio Alves Coelho, do CFC

economia local e regional. Queremos romper um ciclo vicioso e, para isso, capacitamos micro, pequenos e médios empresários, para que se tornem aptos a participar dos processos licitatórios”.

“Desde o início da parceria, que começou há muitos anos, com uma experiência no Paraná, temos colhido bons frutos e alcançado metas auspiciosas”, diz o presidente do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), José Martonio Alves Coelho. Segundo ele, já há mais de 120 Observatórios em funcionamento e, com a assinatura do acordo entre CFC, Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (CFOAB) e OSB, a expectativa é de que sejam 300 até o final do ano. “Não temos dúvida de que, com a parceria da OAB, vamos conseguir. Porque esse é o bom combate”,

Foto: Flavio R. Guarnieri



Idésio Coelho, do Ibracon

disse. Martonio Coelho afirmou que o CFC e a OAB têm protagonizado ações importantes para a sociedade e que a classe contábil se sente honrada em participar de iniciativas como esta. “As entidades sérias, quando unidas, podem muito e nós vamos fazer muito mais”, completou.

O presidente da Diretoria Nacional do Ibracon, Idésio Coelho, participou da cerimônia de assinatura do acordo. “Estamos em tratativas com Ney Ribas, presidente do OSB, para também assinarmos um termo de cooperação entre as duas entidades, no sentido de o Ibracon se tornar parceiro do OSB, a fim de contribuir no desenvolvimento de uma metodologia na análise dos processos dos Observatórios Sociais”, explica Idésio Coelho.



Foto: arquivo CFC



Ney da Nóbrega Ribas

Exercício da cidadania

Os Observatórios Sociais são um espaço para o exercício da cidadania, que deve reunir o maior número possível de entidades representativas da sociedade civil com o objetivo de contribuir para a melhoria da gestão pública que, assim como o gasto público, deve ser gerida de forma participativa.

Ney da Nóbrega Ribas, presidente do OSB, esclarece que ele se trata de uma instituição não-governamental, sem fins lucrativos. “O OSB dissemina uma metodologia padronizada para a criação e atuação de uma rede de organizações democráticas e apartidárias do terceiro setor. A Rede OSB é formada por voluntários engajados na causa da justiça social e contribui para a melhoria da gestão pública”, diz.

Cada Observatório Social é integrado por cidadãos “que transformaram o seu direito de indignar-se em atitude, em favor da transparência e da qualidade na aplicação dos recursos públicos”.

Ribas destaca que o papel do Observatório Social do Brasil é disseminar uma metodologia padronizada para atuação dos observadores, promovendo a capacitação e oferecendo o suporte técnico aos OS em cada município, além de estabelecer as

parcerias estaduais e nacionais para o melhor desempenho das ações locais.

“Nosso objetivo é despertar o espírito de cidadania fiscal na sociedade, tornando-a proativa, através dos Observatórios Sociais, exercendo a vigilância social na comunidade”, diz. Ele acredita que esse objetivo terá sido atingido quando os Observatórios Sociais estiverem contribuindo significativamente na conscientização das suas próprias comunidades a respeito de seus deveres e direitos como contribuintes e cidadãos, “praticando a vigilância social sobre a coisa pública, assegurando a justiça social”.

O Observatório Social do Brasil atua em várias frentes. Uma delas, por exemplo, é a educação fiscal, para que as comunidades tenham ideia da importância social e econômica dos tributos. “Por isso, nossa ênfase na necessidade de o cidadão acompanhar a aplicação dos recursos públicos gerados pelos impostos”, explica.

Além de fomentar a padronização dos procedimentos de fiscalização e controle dos gastos públicos, o OSB dissemina uma metodologia de monitoramento das compras públicas em nível municipal, desde a publicação do edital de licitação até o acompanhamento da entrega do produto ou serviço, de modo a agir preventivamente no controle social dos gastos públicos.

O site do OSB disponibiliza diversos *check-lists*, para os cidadãos ajudarem a monitorar as concorrências, os pregões eletrônicos e presenciais, assim como as tomadas de preços.

Outra frente de atuação do OSB é inserir as micro e pequenas empresas nos processos licitatórios. “É preciso aumentar a concorrência, além de melhorar a qualidade e o preço nas compras públicas”, explica, lembrando que o site do Observatório também divulga a agenda de licitações em todo o País.

“Nós também desenvolvemos os Indicadores da Gestão Pública, com base na execução orçamentária e nos indicadores sociais do município, fazendo o comparativo com outras cidades de mesmo porte”, esclarece.

Compromisso nacional

“Faremos deste acordo de cooperação um compromisso nacional. Todos os Observatórios Sociais contarão com apoio irrestrito da OAB, em todos os Estados. Este é o momento de relevância e expressão para a cidadania brasileira. O controle social é fundamental para o desenvolvimento do Brasil. Todos queremos um país melhor, livre da corrupção, com melhor gestão e comprometimento dos homens públicos.”

A afirmação foi feita pelo presidente nacional da OAB, Claudio Lamachia, durante a cerimônia de assinatura do acordo de cooperação com o CFC e o Observatório Social do Brasil para trabalho conjunto em controle social.

Segundo ele, o objetivo é estimular o trabalho conjunto em prol da transparência pública, prevenção à corrupção, eficiência da gestão pública, ética e integridade nas relações entre público e privado.

Segundo Lamachia, o controle social é indispensável “para o Brasil que queremos. Um Brasil que dê resultado, mas não com altíssima carga tributária e que devolve pouco em políticas públicas de qualidade”.

Além de contar com um grupo de trabalho conjunto, a OAB vai fomentar a participação voluntária de advogados nos observatórios sociais.

José Martonio Alves Coelho, presidente do CFC, explica que cresce o número de Observatórios Sociais em todo o país. “Com esse termo de cooperação, temos certeza de que teremos metas muito maiores. Entidades sérias, quando se juntam, podem muito mais”, afirmou na cerimônia de assinatura do acordo de cooperação.

Para Cláudio Lamachia, a assinatura do acordo de cooperação foi o primeiro passo para o engajamento de todas as seccionais da OAB no acompanhamento dos Observatórios.

“Esse é um momento de muita relevância para a cidadania brasileira porque representa o que nós queremos para o Brasil. Controle social é fundamental. A OAB, assim como o CFC e o Observatório Social do Brasil, tem um compromisso com os interesses da sociedade. Tenho uma visão absolutamente objetiva de que estamos cumprindo na integralidade nosso dever enquanto instituição, enquanto Ordem dos Advogados do Brasil, ao firmarmos esse acordo de cooperação”, finalizou Lamachia.

Além de acompanhamento técnico, o termo prevê a realização de ações conjuntas nas áreas de transparência e eficiência da gestão pública, controle social e prevenção à corrupção, ética e integridade nas relações entre o público e o privado. ✓



Claudio Pacheco Prates Lamachia e José Martonio Alves Coelho



Novo relatório contribui para a melhoria da governança corporativa

O Novo Relatório do Auditor Independente (NRA), que começou a ser aplicado nas auditorias de demonstrações contábeis relativas aos exercícios findos a partir de 31 de dezembro de 2016, deverá se tornar em breve uma ferramenta indispensável para a melhoria da governança corporativa no país. O Brasil, assim, passa a fazer parte do grupo de países que adotam o documento; antecipadamente, o Reino Unido foi o primeiro a aplicá-lo, em 2013. O Ibracon vem acompanhando ativamente o processo de implementação do relatório no país, com ações junto ao Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e públicos que serão afetados pela mudança.

Especialistas acreditam que o NRA será crucial neste momento delicado da economia brasileira, contribuindo para restaurar a confiança dos investidores nas empresas e, assim, ajudar na retomada do crescimento econômico e social do país. Mais detalhado do que o anterior, o novo documento contempla análises diretas dos auditores sobre



Celso Giacometti

Foto: Arquivo Ibracon



permite maior divulgação das avaliações do auditor sobre informações financeiras. Isso é positivo, pois faz com que aumente a responsabilidade sobre a auditoria e haja mais interação entre as partes envolvidas. “Por força da divulgação de informações financeiras, há impacto positivo na governança corporativa das empresas”, diz Ribeiro Jr.

O Novo Relatório do Auditor possibilita aumento da interação com a administração, os comitês de auditoria ou conselhos fiscais. Os auditores poderão realizar uma apresentação do relatório em formato mais informativo. Há divergências, contudo, quando se trata de saber se o Novo Relatório, da

temas que impactam as empresas, oferecendo assim aos *stakeholders* mais confiança em relação aos dados financeiros das corporações, especialmente daquelas listadas na Bolsa.

O Novo Relatório do Auditor dá maior relevância ao trabalho desenvolvido pela auditoria, pois especifica em detalhe os papéis das empresas e dos auditores no processo de averiguação contábil. “Há muito tempo, investidores e usuários de demonstrações contábeis se ressentiam da falta de informações no parecer de auditoria”, explica Celso Giacometti, membro do Conselho de Administração e Comitê de Nomeação e Governança do Banco Santander e membro do Comitê de Auditoria da Companhia Brasileira de Distribuição (CBD). “O novo relatório atende a uma demanda importante e gera maior compreensão sobre o trabalho dos auditores; trata-se de um movimento muito oportuno”, completa.

Augusto Ribeiro Jr., diretor Financeiro e de Relações com Investidores da lochpe-Maxion, acredita que o Novo Relatório do Auditor Independente



Augusto Ribeiro Jr.



Foto: Arquivo Ibracon

Celso Giacometti



Foto: Arquivo Iochpe

Augusto Ribeiro Jr.

forma como está estruturado, proporciona maior transparência no que se refere às informações sobre a empresa e sobre o papel do auditor independente. Celso Giacometti, por exemplo, acredita que o documento reforça a comunicação do auditor com administradores e comitês. “Isso é essencial para antecipar alguns pontos e compreender o que será dito pelo auditor. Com o novo relatório, os auditores deram um passo à frente, se posicionando e explicando informações relevantes. Isso é importante para os públicos-alvo que acessam o relatório”, diz.

Entretanto, executivos lembram que alguns relatórios trazem informações relevantes, enquanto outros são muito sucintos. Nestes casos, acreditam, o relatório traz mais dúvidas do que propriamente transparência. Há polêmica sobre a descrição dos principais assuntos da auditoria, porque os comitês e os conselhos fiscais estão solicitando às firmas um parágrafo do auditor para fechamento dos principais assuntos de auditoria. Nos relatórios em que foi inscrito esse parágrafo de fechamento, a interpretação

do leitor é melhor do que naqueles em que não há o texto final.

CONFIABILIDADE INTERNACIONAL

A possibilidade de o Novo Relatório do Auditor contribuir para o aumento da confiabilidade internacional sobre as demonstrações contábeis das empresas que operam no Brasil também não é consenso. Giacometti afirma que, no Brasil, estamos acostumados a ler dados numéricos, mas não as notas explicativas, em que grandes temas são apresentados. “O Novo Relatório reforça o entendimento do auditor pela transparência e o alinhamento com a gestão”, explica.

Já para Augusto Ribeiro Jr. não haverá mudanças significativas, pois o auditor já tem por obrigação emitir opiniões sobre demonstrações contábeis da empresa. “Temos que avaliar o impacto disso no futuro. Não vejo nenhuma mudança no escopo da auditoria e na confiabilidade nacional”, analisa. Outros executivos, ainda, são cautelosos e acreditam que ainda é cedo para saber o que pode acontecer.

COMPREENSÃO PELO MERCADO

Em geral os executivos sustentam que o grau de compreensão do Novo Relatório pelo mercado tem sido satisfatório. Giacometti avalia que, no meio empresarial, houve um estresse inicial grande. “Mas, à medida que o tempo passou, as áreas de tensão foram diminuindo e o desconforto caiu bastante”. Para ele, nas empresas com boas práticas de governança, que contam com conselho mais bem formatado, esse processo já está fluindo bem. Outros, no entanto, alertam para o fato de que, dependendo de como as observações serão escritas, o Novo Relatório poderá causar mais dúvida do que compreensão.

COMPANHIAS PREPARADAS

A maioria das empresas acredita que está preparada para esclarecer eventuais dúvidas que surjam da emissão do Novo Relatório do Auditor. Para Celso Giacometti, “é importante adequar um pouco a linguagem e a comunicação à nova realidade, até para colocar esse assunto diante dos diversos públicos e ter uma perspectiva de continuidade”. ✓



Building a better
working world



© 2017 EYGM Limited. Todos os direitos reservados.

Você já pensou sobre...
Internet das Coisas
Robotics
Smart Services
Blockchain
Inteligência Artificial
Analytics ...hoje?

ey.com.br/digital



Ibracon e Entidades Congraçadas na Receita



Foto: Arquivo Ibracon

O Ibracon e as Entidades Congraçadas de São Paulo reuniram-se com José Guilherme Antunes de Vasconcelos, superintendente da Receita Federal do Brasil, 8ª Região Fiscal, para manifestar a preocupação com o curto prazo para a entrega da Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte (DIRF) e pela demora na disponibilização do Programa Gerador de Declarações (PGD DIRF 2017).

Na reunião, as lideranças contábeis relataram a situação preocupante dos contribuintes, especialmente do setor contábil, que elabora a DIRF de mais de 95% das empresas, e pediram um prazo de 60 dias para a entrega da declaração.

Defesa do Empreendedor

O Ibracon participou de debate no Fórum Permanente em Defesa do Empreendedor para responder ao movimento de desenquadramento de Sociedades Uniprofissionais da Prefeitura de São Paulo.

Três propostas foram discutidas para serem apresentadas à Prefeitura. 1- Para quem já foi desenquadrado – novo Programa de Regularização de Débitos; 2- Para quem fez a entrega da D-SUP em 2016 – desconsiderar a questão inserida no meio da entrega da obrigação anulando os seus efeitos em relação ao desenquadramento; e 3- Para quem permanece como SUP – criar segurança jurídica com a alteração do artigo 15º da Lei 13.701/2003, por meio do PL 415/2014.

Sescon-SP e Aescon-SP comemoram 68 anos

O presidente do Conselho de Administração do Ibracon, Eduardo Pocetti; o presidente da Diretoria Nacional, Idésio Coelho; o presidente da 5ª Seção Regional (SR), Sergio Antonio Dias; o diretor de Comunicação, Francisco Maldonado Sant'Anna; o diretor Técnico da 5ª SR, Carlos Pires; e Marco Aurelio Fuchida, superintendente geral, representaram a entidade na solenidade do 68º aniversário do Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas no Estado de São Paulo (Sescon-SP) e da Associação das Empresas de Serviços Contábeis do Estado de São Paulo (Aescon-SP).

Nova diretoria da Anefac



Foto: Arquivo Ibracon

A nova diretoria da Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (Anefac) tomou posse em 14 de fevereiro em São Paulo. “Temos grandes desafios, especialmente diante de uma economia complicada como se encontra a do Brasil hoje, mas vamos vencê-los. Vamos trabalhar focados no que acredito ser o tripé da Anefac – *networking*, conteúdo e troca de conhecimento”, disse o novo presidente, Edmir Lopes de Carvalho.

O Ibracon foi representado por Marco Aurelio Fuchida, superintendente geral do Instituto.

Desenquadramento das Sociedades Uniprofissionais



Foto: Arquivo Ibracon

Junto com representantes de Entidades Contábeis do Estado de São Paulo, o Ibracon participou de audiência com o secretário Municipal da Fazenda de São Paulo, Caio Megale, para discutir o desenquadramento das Sociedades Uniprofissionais (SUP) do regime especial de recolhimento do ISS com a base de cálculo fixa por profissional habilitado.

O Ibracon foi representado pelo presidente do Conselho de Administração, Eduardo Pocetti, e pelo superintendente geral, Marco Aurelio Fuchida.

Abrapp, ICSS e Sindapp

Francisco Maldonado Sant'Anna, diretor de Comunicação do Ibracon, participou da solenidade de posse dos novos integrantes dos colegiados da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp), Instituto de Certificação Institucional e dos Profissionais de Seguridade Social (ICSS) e do Sindicato Nacional das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Sindapp) para a Gestão 2017-2019.



Academia Brasileira de Ciências Contábeis (Abracicon)

A Academia Brasileira de Ciências Contábeis (Abracicon) elegeu, em 15 de fevereiro, os novos acadêmicos durante Assembleia Geral Ordinária ocorrida na sede da entidade, em Brasília.

Entre os eleitos está Idésio Coelho, presidente da Diretoria Nacional do Ibracon.

Acadêmicos são profissionais da Contabilidade que têm amplo saber contábil, doutores e mestres, que publicaram obras de reconhecimento de mérito. Eles ocupam as 80 cadeiras da Academia.

Debate no CRCSC

O Ibracon participou de debate sobre as exigências dos profissionais da Contabilidade no relato de ilegalidades detectadas no exercício das atividades. O evento foi realizado pelo Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina (CRCSC); Associação de Estudos Tributários de Santa Catarina (Assetsc) e Ordem dos Advogados do Brasil de Santa Catarina (OAB-SC).

O presidente da Diretoria Nacional do Ibracon, Idésio Coelho, abordou o panorama das obrigações dos profissionais da Contabilidade para encaminhar as declarações ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) e a nova norma de ética emitida pelo Conselho, a Noclar.

Comissão de Educação Profissional Continuada do CFC

Representantes do Ibracon participaram da reunião da Comissão da Educação Profissional Continuada (CEPC), na sede do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em Brasília, onde foram analisados processos de credenciamento de cursos de capacitadoras, entidades que promovem atividades de Educação Profissional Continuada de acordo com as diretrizes da NBC PG 12 (R2), e a homologação de pontuação para o cumprimento da Educação Continuada em 2017.

Fórum Reforma Brasil

A Associação Comercial de São Paulo (ACSP) realizou entre 6 e 7 de março o Fórum Reforma Brasil, com o objetivo de debater as reformas necessárias ao crescimento do país.

O Ibracon foi representado por Eduardo Pocetti, presidente do Conselho de Administração, Idésio Coelho, presidente da Diretoria Nacional, Sergio Dias, presidente da 5ª Seção Regional, Francisco Maldonado Sant'Anna, diretor de Comunicação, e Marco Aurélio Fuchida, superintendente geral.

Foram discutidas reformas nas áreas educacional, eleitoral, trabalhista, administrativa, tributária e política e entre os debatedores estavam o ministro Gilmar Mendes, o jurista Ives Gandra Martins, o senador Pedro Chaves e o ex-senador Pedro Simon, entre outros.

Ibracon com o prefeito João Dória



O presidente do Conselho de Administração do Ibracon, Eduardo Pocetti, o diretor Técnico da 5ª SR, Carlos Pires, e o superintendente geral Marco Aurélio Fuchida, superintendente geral, participaram em 3 de março de um encontro com o prefeito de São Paulo, João Dória. O encontro foi promovido pelo Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas no Estado de São Paulo (Sescon-SP) e pela Associação das Empresas de Serviços Contábeis do Estado de São Paulo (Aescon-SP).

O presidente do Sescon-SP e Aescon-SP, Márcio Massao Shimomoto, colocou a entidade à disposição da prefeitura para projetos sociais.

Presidente do Ibracon na Ifac

Idésio Coelho, presidente da Diretoria Nacional do Ibracon e membro do *Board* da International Federation of Accountants (Ifac), participou de diversas atividades do calendário desta entidade em Nova York, entre os dias 27 de fevereiro e 3 de março.

As tendências que impactarão a profissão contábil nos próximos anos foram abordadas no Chief Executives (CE) Forum; já o Communication Directors Forum buscou estabelecer maior sinergia entre as áreas de Comunicação de todas as entidades membros da Ifac e discutir como o universo digital pode ser usado para valorizar os profissionais da Contabilidade. Idésio Coelho também participou da reunião de membros do *Board*.

Ifass 2017

O Forum of Accounting Standard Setters 2017 (Ifass) ocorreu entre os dias 2 e 3 de março em Taiwan, reunindo representantes de diversos países. O Ibracon foi representado por Adriana Caetano, gerente da área Técnica.

Participaram representantes de grupos regionais que fizeram contribuições técnicas ao IASB: Glass/Glenif, Aoss, Efrag, e Pafa. Também estiveram presentes membros do Fasb.



Os desafios da Noclar

A norma Noclar deve começar a vigorar em julho e traz maiores responsabilidades aos profissionais da Contabilidade

A norma Noclar – Responding to Non-Compliance with Laws and Regulations (Resposta ao Descumprimento de Leis e Regulamentos), do International Ethics Standards Board for Accountants (Iesba), deverá entrar em vigor em julho de 2017 em vários países.

“A norma é um grande desafio e traz maiores responsabilidades aos profissionais da Contabilidade que preparam as demonstrações contábeis”, afirma Idésio Coelho, presidente do Ibracon.

“Mesmo assim, temos de destacar que a Noclar é um avanço e o Ibracon está atuando ativamente não apenas na tradução da norma e na interpretação e avaliação da sua aplicação no ambiente brasileiro, como também em sua divulgação”, diz Idésio, lembrando que a profissão, historicamente, sempre zelou pelo interesse público.

Ele lembra que o tema gerou amplo debate no Ifac Council Meeting, realizada em Brasília, em novembro, com o apoio do Ibracon, do Conselho Federal

de Contabilidade (CFC) e da Fundação Brasileira de Contabilidade (FBC), com a presença de Rachel Grimes, nova presidente da International Federation of Accountants (Ifac), Olivia Kirtley, ex-presidente, Stavros Thomadakis, presidente do International Ethics Standards Board for Accountants (Iesba), e representantes de cerca de 170 entidades membros da Ifac.

O Brasil também sediou, em São Paulo, na mesma semana de realização da Assembleia Anual da Ifac, um *outreach* do Iesba com agentes do mercado. “A reunião abordou a importância das normas internacionais de ética e de independência, assim como as implicações da Noclar para os auditores independentes e os profissionais da Contabilidade, além de debater a relação entre a governança corporativa e as normas éticas”, destaca Rogério Hernandez Garcia, diretor Técnico do Ibracon Nacional.

Lembrando que a Noclar é resultado de um longo processo de consultas em mais de 100 países, nos últimos seis anos, Idésio Coelho avalia que a norma está alinhada com diferentes tratados internacionais. “A norma valoriza ainda mais os profissionais da Contabilidade, que contribuirão para a construção de instituições mais sólidas, justas e éticas, essenciais para o desenvolvimento sustentável do Brasil”, conclui.

A ORDEM É INFORMAR

A nova regra é clara: sempre que encontrar inconformidades e ilegalidades, o profissional da Contabilidade deve comunicar.

“Não se trata de delação. A Noclar deve ser vista como uma ferramenta a favor dos profissionais da Contabilidade, desde que as condições internas e externas de seu cliente estejam dentro do previsto. A norma determina que os profissionais da Contabilidade informem os órgãos competentes quando encontrarem inconformidades ou ilegalidades, desvios de leis e regulamentos”, explica Rogério Garcia.

Segundo ele, é importante enfatizar que a norma também pode ser vista como uma proteção aos profissionais, que devem, primeiramente, informar seus superiores ou clientes quando entenderem que há alguma inconsistência ou suspeita de irregularidade, sem incorrer em quebra de sigilo profissional.

“Na grande maioria das situações, os superiores vão fazer a coisa certa e adotar os procedimentos indicados pelo profissional da Contabilidade”, avalia Garcia. Segundo ele, para haver comunicação externa, o profissional deve levar a questão aos seus superiores, de forma que estes decidam o procedimento a ser adotado.

Se os superiores não tomarem a decisão certa, o profissional da

Contabilidade deve avaliar se quer continuar trabalhando na empresa ou atendendo àquele determinado cliente.

“A Noclar deverá criar mais desafios para o contador que é funcionário, pois para os demais já existem hoje procedimentos de comunicação similares como, por exemplo, para atender à Legislação de Prevenção à Lavagem de Dinheiro”, afirma.

Segundo Rogério Garcia, “o reporte às autoridades competentes é o último passo, a ser dado, apenas se a situação não for resolvida internamente”, diz.

PONTOS EM DEBATE

Apesar do consenso de que a Noclar é um avanço, ainda há pontos em discussão, visando ao aperfeiçoamento da norma. “Estamos discutindo a necessidade de alinhamento em todo o arcabouço legal brasileiro, para que os profissionais fiquem seguros e protegidos quando estiverem pensando em relatar inconsistências aos órgãos competentes”, diz Rogério Garcia.

Segundo ele, o ambiente jurídico brasileiro está sendo analisado, para se determinar quais os aperfeiçoamentos necessários na legislação existente.

Um dos pontos em discussão é definir se a denúncia aos órgãos competentes será anônima ou não. Também é preciso, ainda, determinar a qual autoridade o profissional da Contabilidade deve se reportar, caso tenha esgotado as tratativas junto aos seus superiores.

“A Noclar não aborda essas questões, uma vez que cada país tem suas próprias leis”, diz Rogério Garcia.

Idésio Coelho finaliza garantindo que, esclarecidos os pontos essenciais para sua aplicabilidade no Brasil, o Instituto ajudará a divulgar a norma e sua relevância em fóruns e eventos e que a norma apenas será aprovada com a devida proteção aos profissionais da Contabilidade.

Entrevista Stavros Thomadakis

Nesta entrevista, o presidente do Iesba fala sobre a importância da adoção, pelo Brasil, da norma Noclar.

1. Qual é a sua percepção sobre a adoção de normas éticas emitidas pelo Iesba no mundo?

R: O Código de Ética para Contadores Profissionais do Iesba foi adotado ou é utilizado como uma base para normas nacionais de ética, em mais de 120 jurisdições em todo o mundo, incluindo a maioria dos países do G-20 – um deles, o Brasil. Além disso, as 27 maiores redes internacionais de firmas de auditoria que compõem o

Fórum de Empresas estão constitucionalmente obrigadas a adequar suas políticas e metodologias ao Código para auditorias transnacionais. Portanto, é evidente que o Código é um instrumento amplamente aceito e com alcance global.

No entanto, a abordagem à adoção global de normas éticas é mais desigual em comparação com as normas de auditoria ou de relatórios financeiros. Por exemplo, em



Stavros Thomadakis

Foto: arquivo Iesba

algumas jurisdições, há uma divisão de responsabilidades entre um órgão de regulamentação responsável pela definição de normas de independência para auditores de entidades listadas e a organização (ou organizações membros) da Ifac local responsável por emitir as normas éticas para o resto da profissão. Em outras jurisdições, um normatizador nacional ou uma organização membro da Ifac pode ter responsabilidade exclusiva pela definição de normas éticas. Quando há fragmentação da responsabilidade por razões nacionais, particularmente na área de independência do auditor, muitas vezes vemos divergência de normas em jurisdições. O Iesba acredita firmemente que um conjunto global comum de normas de ética e de independência é de interesse público, embora isto não deva impedir jurisdições de estabelecerem requisitos mais rigorosos para as suas circunstâncias nacionais.

Acreditamos que nosso projeto atual para reestruturar o Código até o final de 2017 ajudará a estimular a adoção global. O Código revisto será mais claro, compreensível e fácil de usar e acessar. Entendemos que esses recursos levarão a uma aplicação mais consistente do Código e a um melhor cumprimento. Além de ter o seu conteúdo reorganizado, o Código reestruturado será mais robusto, com melhorias significativas em tópicos como o descumprimento de leis e regulamentos (Noclar), salvaguardas, longo período de associação e a pressão para a violação de seus princípios fundamentais.

A NORMA NOCLAR ABRE NOVOS CAMINHOS. ELA ESTABELECE UMA ESTRUTURA PARA A RESPOSTA DOS CONTADORES QUANDO SE TORNAREM CONSCIENTES DE UM NOCLAR COM SEUS CLIENTES OU EMPREGADORES, TAIS COMO CORRUPÇÃO, FRAUDE, LAVAGEM DE DINHEIRO E VIOLAÇÃO DE REGULAMENTAÇÕES AMBIENTAIS

2. Qual é a importância da Assembleia Anual da Ifac ser realizada pela primeira vez no Brasil?

R: Realizar a Assembleia Anual da Ifac em Brasília em novembro passado nos ofereceu uma grande oportunidade de apresentar a nova norma Noclar do Iesba. Também nos

proporcionou excelentes oportunidades para colaborar com as organizações membros latino-americanas da Ifac, assim como com órgãos reguladores brasileiros, normatizadores nacionais e participantes no mercado. O Brasil tem sido um defensor de normas internacionais de auditoria e de relatórios contábeis por um longo tempo e aprovou uma versão convergente do Código em 2014. O Brasil é um líder na região e esperamos que o bom exemplo do país nos ajude a inspirar uma maior adoção do Código em toda a América Latina.

Nos comprometemos a participar de uma ação de sensibilização intensiva não só no Brasil, mas também no Chile e no Peru, aumentando assim a visibilidade do Iesba na América Latina e estreitando os vínculos com importantes partes interessadas. Estou particularmente grato ao nosso membro do Iesba no Brasil, Robert Juenemann, que participou na ação de sensibilização e nos ajudou a fazer várias interações.

3. Qual é a importância da nova norma Noclar ?

R: A norma Noclar abre novos caminhos: estabelece uma estrutura para a resposta dos contadores quando encontrarem ou tornarem-se conscientes de um Noclar cometido pelos seus clientes ou empregadores, tais como corrupção, fraude, lavagem de dinheiro e violações de leis e regulamentações ambientais. Fundamentalmente, a norma trata da questão sobre o que é razoável de esperar dos contadores, dentro de sua responsabilidade com

o interesse público, quando eles se deparam com uma dessas situações. A nova norma resolve a questão, estabelecendo um caminho para a resposta do contador: coletar informações e compreender o problema; abordar a gerência ou os responsáveis pela governança para que tomem as medidas apropriadas para impedir o o descumprimento de leis e regulamentos, ou mitigar suas consequências às partes interessadas; tomar uma decisão sobre a possibilidade de adotar outras medidas, incluindo a comunicação a uma autoridade pública em circunstâncias apropriadas. Dissuasão, mitigação e divulgação são importantes objetivos de interesse público.

Anteriormente, contadores eram proibidos de divulgar um Noclar pelo princípio fundamental de confidencialidade do Código. A nova norma lhes dá o direito (não a obrigação) de fazer uma comunicação a uma autoridade pública, se apropriado nas circunstâncias particulares. O exercício de julgamento profissional é necessário em todos os casos.

A implementação efetiva da norma será essencial. Então, recorremos a organizações-membro da Ifac, como o Ibracon, para que aumentem a conscientização da norma na profissão em nível nacional, trabalhem com os legisladores e reguladores para promover o estabelecimento de um porto seguro aos contadores para divulgar o o descumprimento de leis e regulamentos à luz da norma. Essas organizações também devem fornecer as ferramentas, recursos e outros apoios que



Stavros Thomadakis

os seus membros precisarão para implementar eficazmente a norma.

4. De que forma essa obrigatoriedade impacta a responsabilidade do profissional de contabilidade e de auditoria perante a sociedade?

R: A norma Noclar é um importante desenvolvimento para a profissão contábil global e é consistente com a responsabilidade da profissão, de agir pelo interesse público. Em essência, ela proíbe um contador profissional de “fechar os olhos” à Noclar identificada ou suspeita (ou seja, voluntariamente ignorá-la). A norma dá ao contador profissional um direito, mas não uma obrigação, de divulgar a Noclar. Ela exige uma resposta

do contador, que é calibrada conforme as circunstâncias. Ela adota uma abordagem proporcional dependendo se o contador está realizando uma auditoria de demonstrações contábeis ou fornecendo outro serviço profissional dentro de uma companhia aberta. No caso de um contador profissional em empresas privadas, seu tempo de serviço dentro de uma organização é importante. A norma também reconhece que a principal responsabilidade pela prevenção e detecção do descumprimento de leis e regulamentos e por abordar as suas consequências é da gerência e dos responsáveis pela governança. Portanto, a norma é cuidadosamente equilibrada, reconhecendo o

papel de interesse público de contadores profissionais e suas diferentes capacidades de ação, assim como as responsabilidades de outros participantes na cadeia de fornecimento de relatórios contábeis.

Acreditamos firmemente que a norma irá aumentar a confiança na profissão e melhorar ainda mais a reputação dos contadores profissionais na sociedade em relação a clientes, empregadores, autoridades públicas, o público em geral e outros.

5. Qual tem sido a percepção do público em geral, incluindo reguladores, sobre as alterações que a nova norma trará?

R: A reação das partes interessadas sobre a versão final da norma tem sido esmagadoramente positiva. Não foi este o caso quando o Ibracon tomou a iniciativa de desenvolver a norma, no final de 2009. Um primeiro conjunto de propostas em 2012 encontrou fortes preocupações de uma vasta gama de partes interessadas, com muitas visões polarizadas. Esta situação levou o Conselho a realizar uma série de três rodadas globais em Hong Kong, Bruxelas e Washington DC com as partes interessadas em todo o espectro, incluindo reguladores, investidores, membros de comitês de auditoria, preparadores, normatizadores, empresas, organizações membros da Ifac, representantes da profissão jurídica e membros da comunidade acadêmica, entre outros. As contribuições das rodadas ajudaram o Conselho a desenvolver uma estrutura mais holística e

A NORMA DÁ AO CONTADOR PROFISSIONAL UM DIREITO, MAS NÃO UMA OBRIGAÇÃO, DE DIVULGAR A NOCLAR. ELA EXIGE UMA RESPOSTA DO CONTADOR, CALIBRADA CONFORME AS CIRCUNSTÂNCIAS

equilibrada que está agora integrada na versão final da norma.

Durante todo o desenvolvimento da norma, trabalhamos em estreita colaboração com as principais partes interessadas, especialmente os reguladores chaves em todo o mundo como a Iosco, Ifiar e o Comitê de Supervisão Bancária da Basileia, bem como o nosso Grupo Consultivo. Tivemos o prazer de receber o forte apoio deles para a versão final da norma.

6. Nos seus 45 anos o Ibracon reforça o seu desempenho e participação no âmbito de entidades

internacionais de Auditoria e Contabilidade. O presidente do Ibracon, Idésio Coelho, agora se junta ao Conselho da Ifac. Como você vê o trabalho do Ibracon?




R: Tivemos a oportunidade de conversar com a liderança e membros do Conselho de Administração do Ibracon durante a Assembleia Anual da Ifac. Ficamos muito encorajados pela profundidade e a qualidade de seu trabalho e compromisso proativo com os reguladores e outras partes interessadas. É essencial que o Brasil tenha um forte setor de auditoria para servir às necessidades da grande e diversificada economia do país e para permitir que o Brasil alcance seu potencial de crescimento ao máximo. O Ibracon tem um importante papel a desempenhar a este respeito. Ele é a voz da auditoria independente no Brasil, promovendo sua função de interesse público, além de atrair talentos. Frente à próxima geração de auditores, o Ibracon cumpre o papel de transmitir valores éticos na adoção e divulgação de normas internacionais e melhores práticas da profissão de auditoria. E também ajuda na confiança da profissão no mercado brasileiro. Há muito trabalho a ser feito.

Tendo encontrado muitos líderes do Ibracon durante a minha visita, estou confiante de que a organização está firme e bem preparada para enfrentar esses desafios. Permita-me parabenizar o Ibracon pelos seus 45 anos, em 2016, e estamos ansiosos para muitos mais anos de colaboração no futuro. ✓

Ensino a Distância

**Aprenda
com quem cria
a história da contabilidade.**

Cursos de curta duração

- **Avaliação de Empresas**
- **Ativos na área de IFRS**
- **Contabilidade para não Contadores**
- **Contabilidade Regulatória - Setor Elétrico** 
- **Economia Verde** 
- **IFRS para Pequena e Média Empresa**
- **Mercado Financeiro**
- **Normas de Auditoria – Completo**
- **Normas de Auditoria II – Riscos** 
- **Orçamento Empresarial**
- **Prevenção ao Crime de Lavagem de Dinheiro**
- **Relatórios Financeiros na área de IFRS**

Curso de MBA IFRS
(Normas Internacionais de Contabilidade)
A Distância

elearning@fipecafi.org
Informações (11)2184 2026

FACULDADE
FIPECAFI
www.fipecafi.org



Prêmio Transparência do Ibracon

Premiados viajarão a Londres onde participarão de eventos técnicos

Em sua 6ª edição, o Prêmio Transparência de Jornalismo e Universitário, promovido pelo Ibracon, teve como vencedores o jornalista Auani Cusma de Paula, da revista LEC (*Legal Ethics Compliance*), com a matéria “Sob pressão”, e o aluno Dielson Mignoni, da Universidade Caixas do Sul (UCS), sob a orientação do professor Fernando Andrade Pereira, com o trabalho “Relatório do Auditor Independente: Uma análise do conteúdo da opinião de auditoria de Empresas Abertas no Brasil”. Os vencedores farão uma viagem técnico-cultural de cinco dias a Londres, que será realizada no segundo semestre de 2017. O jornalista, o estudante e o professor orientador participarão de uma cerimônia de premiação conduzida pelo Ibracon durante a 7ª Conferência Brasileira de Contabilidade e Auditoria Independente, nos dias 26 e 27 de junho, no Teatro Bradesco, em São Paulo.

“É uma honra receber um prêmio desses, uma prova que o trabalho da revista LEC tem repercutido positivamente”, diz o jornalista Auani Cusma de Paula. “O que nos levou a essa pauta foi toda a discussão sobre corrupção empresarial e o papel das auditorias nesse processo. A partir disso, tentamos entender a dinâmica do trabalho da auditoria nesse processo, suas responsabilidades e seu papel”.



Auani Cusma de Paula

Foto: arquivo pessoal

Para o estudante Dielson Mignoni, o prêmio também é um reconhecimento. “De certa forma é uma aprovação de que nosso trabalho está no caminho certo, ao levantar o papel da opinião de auditoria das empresas”, afirmou. E o professor Fernando Andrade Pereira diz que “na condução dos trabalhos de orientação para a finalização de curso sempre comunico a importância do desafio para os acadêmicos. Esta não é apenas mais uma tarefa acadêmica e, sim, uma oportunidade de crescimento intelectual, acadêmico e profissional”. “Intelectual pela complementação dos estudos através da pesquisa e inovação. Acadêmico pelo reconhecimento da instituição e desenvolvimento da nossa região pela educação e, por fim profissional, pelo reconhecimento do mercado de trabalho à capacidade dos alunos formados pela UCS”, completa. Pereira foi também o professor orientador vencedor da 4ª edição do prêmio.

MUDANÇAS NO PAPEL DO AUDITOR

A matéria “Sob pressão” foi publicada no número 15 da edição impressa da Revista LEC e trata da evolução da auditoria desde a Revolução Industrial, no século XIX, até os dias de hoje, abordando aspectos fundamentais como o papel do auditor frente às fraudes empresariais, a crescente exigência de



Dielson Mignoni

Foto: arquivo pessoal

mais transparência atrelada à necessidade de se aumentar o ceticismo profissional. Auani de Paula explica que, apesar de não alterar a responsabilidade do auditor sobre a averiguação de fraudes, que continua não sendo o seu papel principal, a tendência global pode ser interpretada como “algo que vá mais nessa linha nos próximos anos”.

“Reguladores de todo o mundo têm feito mais pressão sobre os auditores, para que eles aumentem o que



Fernando Andrade Pereira

Foto: arquivo pessoal

é chamado no setor de 'ceticismo profissional', ou seja, a sua capacidade de questionar os diferentes processos da empresa e de empresa para empresa", escreve ele. "Também é exigido que esse ceticismo seja cada vez mais compartilhado, de forma mais transparente, com acionistas, reguladores e outros *stakeholders*".

O jornalista lembra que o International Ethics Standards Board for Accountants (Iesba), órgão responsável por estabelecer normas sobre padrões éticos e de independência dos profissionais da Contabilidade, vinculado à International Federation of Accountants (Ifac), emitiu a Noclar, diretriz sobre como o auditor deve comunicar atos ilegais e quebras de regulamentos de conformidade às autoridades públicas competentes, sem infringir o seu dever de confidencialidade.

A reportagem constata que a percepção de corrupção no Brasil é hoje muito maior, embora os atos ilegais tenham sido praticados no passado,

e por isso é preciso reconhecer que atos de desvios não são exceção. "Nesse contexto, ainda que não tenham responsabilidade direta sobre a identificação de fraudes, como reforça Idésio C oelho, do Ibracon, as auditorias contábeis têm incorporados às suas equipes profissionais com mais recursos para conseguir identificar fraudes e suportar o seu trabalho", escreve Auani de Paula.

Ele conclui que no futuro o trabalho do auditor independente poderá ser bastante diferente do que é hoje, baseado em amostragem de documentos. "Uma das maiores apostas para o futuro é a utilização mais frequente do conceito de Big Data. Algumas auditorias já têm usado essa possibilidade para fazer análises mais aprofundadas na demonstração contábil dos clientes. As empresas vêm investindo pesadamente no desenvolvimento de ferramentas nessa área. O objetivo é que os auditores possam acessar todo o ambiente de tecnologia do cliente e importar para um ambiente externo e seguro esse grande volume de informações".

FATORES PARA A FORMAÇÃO DE OPINIÃO DA AUDITORIA

Já o trabalho do estudante Dielson Mignoni buscou analisar quais fatores

contribuem para a formação da opinião de auditoria independente das demonstrações contábeis, apresentando características qualitativas fundamentais e de melhoria. Ele explica que “um relatório de auditoria independente emitido com as demonstrações contábeis, por meio de sua opinião, deve ser capaz de transmitir segurança para o usuário dessas informações. A utilidade da informação contábil depende das suas características qualitativas, fundamentalmente da relevância e da representação fidedigna, além dos objetivos do usuário”, escreve ele. “Também é decisão do usuário considerar o relatório de auditoria independente emitido com as demonstrações contábeis na sua tomada de decisão”.

O tema proposto no trabalho tem por base 2.544 demonstrações contábeis de 424 empresas listadas na BM&FBovespa, feitas no dia 28 de setembro de 2016 e referentes aos exercícios de 2010 a 2015. O objetivo é analisar quais fatores contribuem na formação da opinião de auditoria emitida nos relatórios dos auditores independentes das demonstrações contábeis. Na conclusão do trabalho, Mignoni explica que os anos de 2010 e 2015 contemplaram a maior frequência de opiniões modificadas, embora a diferença não tenha sido significativa

estatisticamente (0,05). “Entretanto, foi evidenciado que a situação operacional da companhia possui associação com a opinião emitida, de tal forma que as empresas em fase pré-operacional possuíram, com base no risco relativo, menor chance de apresentar opinião modificada do que as companhias em recuperação ou paralisadas”.

O autor finaliza mostrando que o segmento tradicional (que representa 50% das demonstrações analisadas) se mostrou associado, embora com fraca intensidade, à opinião emitida, o que sugere representar o fato de que as companhias desse segmento apresentaram maior chance de opinião modificada do que as empresas listadas nos demais segmentos. Na outra ponta, os segmentos especiais mostraram associação negativa com a opinião modificada, ou seja, houve menor chance de emissão de opinião modificada para companhias desse segmento.

“Também foram analisados os motivos para as opiniões modificadas. Práticas em desacordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade, confirmações externas ou saldos divergentes e a falta de registros figuraram como os principais motivos citados pelos auditores nas opiniões modificadas”, conclui. ✓

A reportagem e o trabalho acadêmico vencedores estão disponíveis no portal Ibracon.

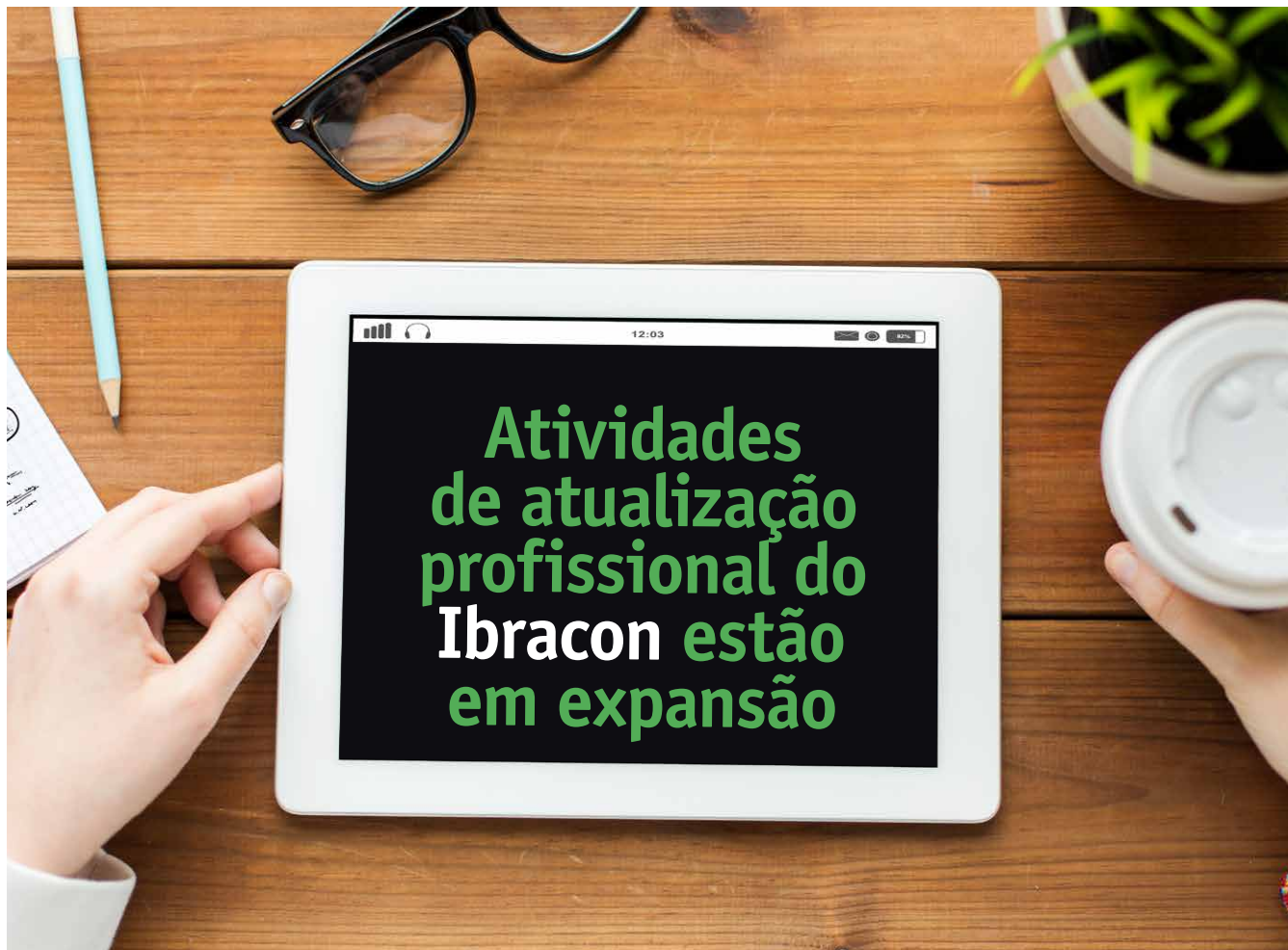


Ilustração: Ingram Image

A contribuição do Ibracon para a atualização profissional está em franca ascensão. Em 2016, foram registradas 98 atividades com 2.626 participantes em um total de 745,5 horas. Trata-se de um incremento de cerca de 30% em relação aos números de 2015, quando foram registradas 80 atividades com 1.825 participantes em 532,5 horas.

No ano passado, o Ibracon lançou mais dois cursos EAD: Auditoria para não auditores e Contabilidade de

Empresas Construtoras, ampliando as formas de acesso e permitindo que profissionais da Contabilidade de todo o Brasil atualizem-se sobre temas de grande relevância.

Além destes, vale mencionar o curso IFRS 15 – Receitas de contratos com clientes, cujo conteúdo programático é composto de quatro pontos: 1) Introdução ao Reconhecimento de Receitas; 2) IAS 18 – Identificação da transação de venda; venda de produtos/prestação de serviços.

Reconhecimento de receitas de juros/royalties e dividendos; 3) IFRS 15 em cinco passos; e 4) IAS 11/ICPC 02 POC/OCPC 02 – Contratos de construção.

Entre os temas abordados nas atividades de Educação Profissional Continuada destaca-se a ênfase no treinamento sobre o Novo Relatório do Auditor.

Atualidades das IFRS; Gestão e crescimento sustentável das Firms de Auditoria de Pequeno e Médio Portes (FAPMP); A investigação de fraudes e atos ilegais; e A responsabilidade do auditor em relação a fraudes e atos ilegais foram alguns dos temas tratados na Conferência do Ibracon no mês de junho de 2016, em São Paulo e que

2015	80 atividades	1.825 participantes	532,5 horas
2016	98 atividades	2.626 participantes	745,5 horas

foram replicados pelas Seções Regionais do Instituto.

MUDANÇAS NA NORMA

O ano de 2016 também foi marcado por mudanças na norma de Educação Profissional Continuada. No final de 2015, o CFC aprovou alteração na norma, a fim de estender a obrigatoriedade de seu cumprimento. A decisão alcança todos os auditores independentes, bem como os responsáveis técnicos, chefes e gerentes dos departamentos que se envolvem na elaboração das demonstrações contábeis das entidades reguladas pelo Banco Central do Brasil (BCB), pela Superintendência de Seguros Privados (Susep), pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e sociedades de grande porte. Até 2015 a regra era válida apenas para os profissionais que auditavam empresas do mercado regulado e para os inscritos no Cadastro Nacional de Auditores Independentes (CNAI).

EXPECTATIVAS

Para Tadeu Cendón, diretor de Desenvolvimento Profissional do Ibracon, “o engajamento desses profissionais ficou claro, pelo menos para nós, do Ibracon, pelo aumento de participantes e horas de treinamento nos cursos do Instituto em 2016, se comparado com 2015”.

Para 2017 Cendón diz que a expectativa é ainda maior. “Especialmente considerando que temos três grandes pronunciamentos contábeis a caminho: instrumentos financeiros, reconhecimento de receita e leasing”, diz. “É bom ver que os profissionais da Contabilidade estão engajados na sua atualização, participando ativamente dos eventos técnicos, ainda que neste primeiro



Ilustração: Ingram Image



Foto: Arquivo Ibracon

Tadeu Cendón

momento tenham precisado de um empurrãozinho”, constata.

“Mas o importante é tomar gosto pela atualização, pela busca ou

consolidação do conhecimento. Isso terá como resultado, sem dúvida, uma profissão mais forte no futuro”, conclui Cendón.

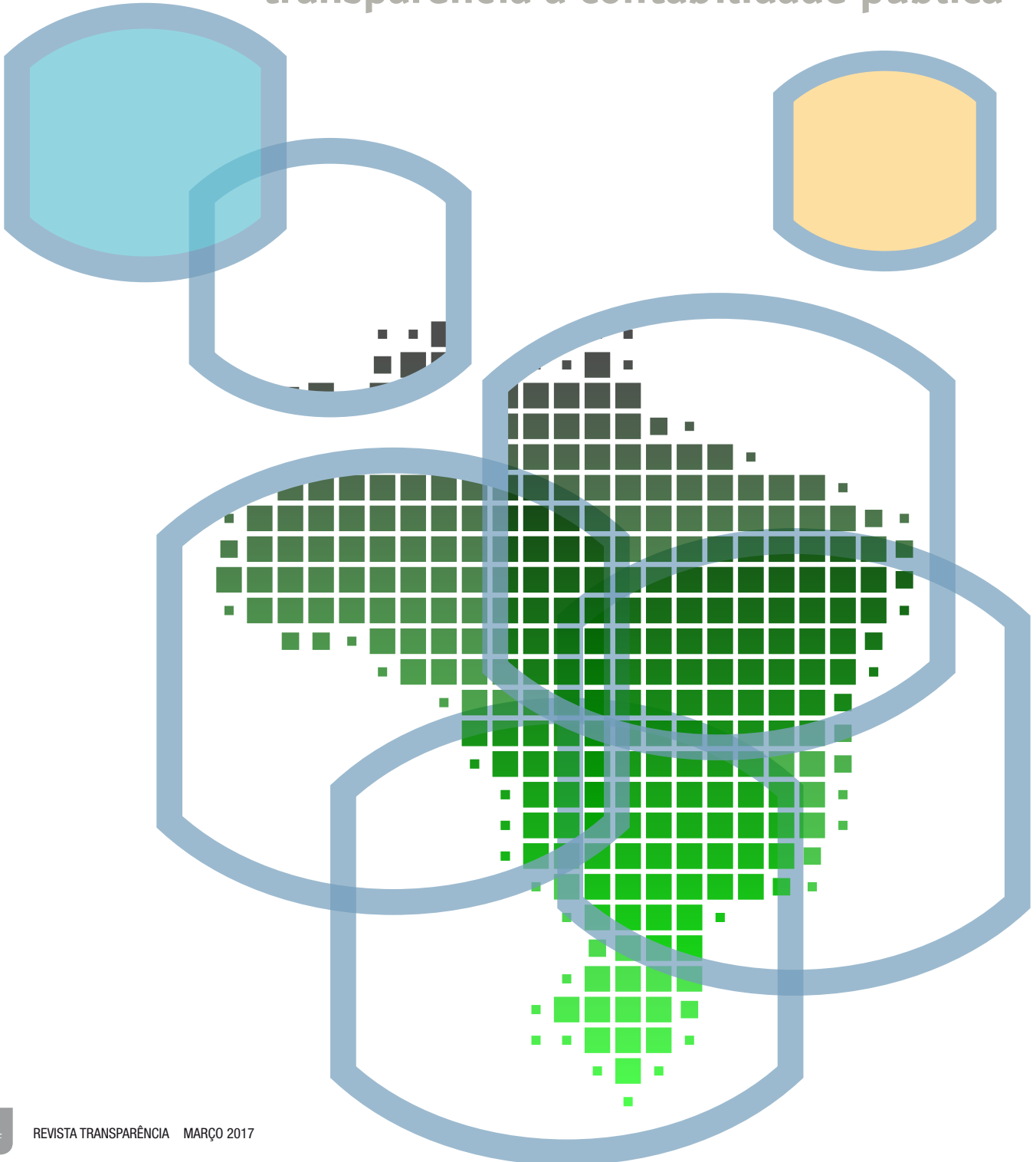
ATIVIDADES DAS REGIONAIS

As Seções Regionais do Ibracon estiveram engajadas na ampliação da oferta de atividades de Educação Profissional Continuada dos associados. No caso do Novo Relatório do Auditor, todas as regionais ministraram ao menos um treinamento localmente. Também os temas tratados na Conferência no mês de junho de 2016 foram objeto de atenção das Regionais. Além dos cursos presenciais, foram oferecidos cursos *in company*. ✓



O Brasil e as Ipsas

Normas internacionais trazem mais transparência à contabilidade pública



As Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, as chamadas Ipsas (do inglês International Public Sector Accounting Standards), estão em processo de implementação no Brasil. As cinco primeiras normas começaram a valer a partir de 1º de janeiro de 2017. O prazo para a convergência aos padrões internacionais segue o Plano de Implantação da Portaria STN nº 548/2015, que estabelece a adoção de forma gradual até 2024, na União, nos estados, no Distrito Federal e em todos os municípios.

Até hoje, 44 países já adotaram as Ipsas, 52 estão em processo de implementação e 27 já sinalizaram a convergência às normas internacionais para os próximos anos. Leonardo Nascimento, Coordenador-Geral de Normas de Contabilidade Aplicadas à Federação da Secretaria do Tesouro Nacional, ligada ao Ministério da Fazenda e membro do International Public Sector Accounting Standards Board (Ipsasb), que conta com o apoio da International Federation of Accountants (Ifac), chama a atenção para a particularidade do caso brasileiro. “O Brasil é o único exemplo em que as Ipsas estão sendo implantadas em todas as esferas – federal, estadual e municipal – simultaneamente. Somado às dimensões continentais do país, o sucesso no processo de implementação pode até vir a ser uma referência internacional”, destaca. Para Nascimento, ainda, são justamente essas particularidades que motivaram a adoção adaptada à realidade brasileira e gradativa.

As Ipsas preveem uma série de mudanças e benefícios. Entre elas, Nascimento destaca as vantagens em se seguir parâmetros internacionais. “Desta forma, conseguem-se, de fato, fazer comparações, trocar experiências



Foto: Jonathan Oliveira

Leonardo Nascimento

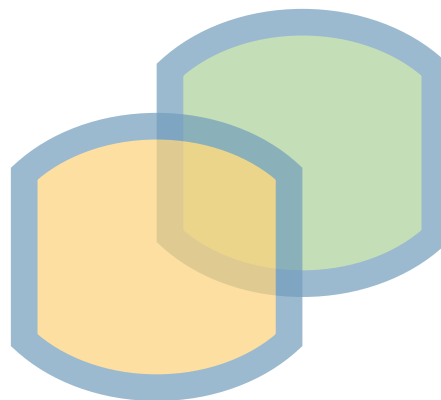
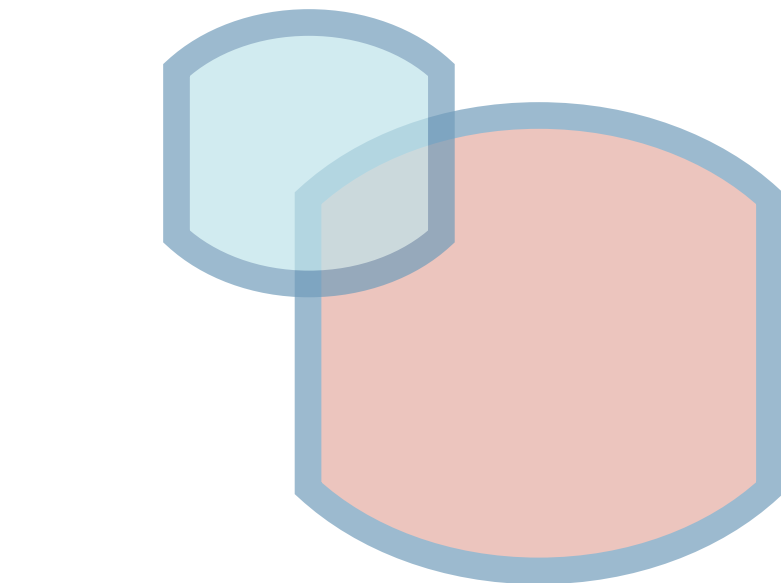
e conversar com outros países sobre assuntos como, por exemplo, administração pública e transparência. Isso só é possível se todos estiverem falando a mesma linguagem, utilizando a mesma abordagem”, diz.

Para Ayres Moura, assessor de Leonardo Nascimento no Ipsasb, um dos principais benefícios da convergência



Foto: divulgação EY

Ayres Moura



aos padrões internacionais de contabilidade é o aprimoramento da qualidade dos relatórios financeiros, promovendo maior solidez à contabilidade pública e conferindo mais transparência sobre o patrimônio público. “A convergência às Ipsas e consequente adoção do regime de competência permitirá aos organismos públicos, cidadãos, investidores, administradores, entre outros, terem visibilidade clara da real situação econômica e financeira do país”. Moura também ressalta que esta será uma importante ferramenta de apoio ao cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal permitindo, por exemplo, maior visibilidade do endividamento público e das despesas com pessoal.

Para Moura, dentre os principais desafios enfrentados na implementação das Ipsas, destaca-se a importância do envolvimento no processo de outros departamentos dos órgãos, como os de Tecnologia da Informação, jurídico, de pessoal. “O apoio político também é crucial para uma implementação bem sucedida das normas no Brasil”, afirma.

As Ipsas são convergidas e editadas no Brasil pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), como Norma Brasileira de Contabilidade. Para o vice-presidente Técnico do CFC, Zulmir Breda, a mudança mais significativa será na cultura orçamentária vigente no país. Para ele, a contabilidade pública brasileira até hoje era basicamente norteadada pela questão do orçamento, que exercia uma prevalência na determinação do registro



Foto: Divulgação CFC

Zulmir Breda /

das operações. Com as normas internacionais, a contabilidade entra nessa equação e o enfoque passa a ser a questão patrimonial, com ênfase em parâmetros que ajudam a obter informações mais completas. “O registro tempestivo e na extensão adequada de todos os bens, direitos e obrigações, independentemente de transitarem pelo orçamento, passa a ser a tônica na revelação dos atos e fatos da gestão”, afirma.

Para Breda, a introdução das Ipsas deve, ainda, contribuir em vários aspectos para uma evidenciação de *accountability* no setor público. “Teremos informações mais completas e propícias sobre as contas públicas, facilitando avaliações de desempenho de gestão, a prestação de contas e a responsabilização do gestor”. Ele afirma que as definições sobre critérios de classificação de ativos e passivos e a observância plena do regime de competência para receitas e despesas são elementos que contribuirão sobremaneira nesse processo. ✓

Demonstrações contábeis

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) divulgou, em 12 de janeiro, o Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP/n.º 01/2017, com orientação quanto a aspectos relevantes a serem observados na elaboração das demonstrações contábeis para o exercício encerrado em 31/12/2016.

Os temas destacados no ofício são:

- “True and fair view”;
- Operações de “forfait”;
- Operações com FIP;
- Operações com FIDC;
- Testes de “impairment” – CPC n.º 1;
- Divulgações – Notas explicativas;
- Reconhecimento de Receita – POC: IFRS n.15 x IFRIC N.15;
- Combinação de Negócios;
- Mudança de práticas contábeis.

Orientações aos auditores independentes

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) divulgou, em 12 de janeiro, o Ofício-Circular/CVM/SNC/GNA/n.º 01/2017. O documento orienta sobre a atuação dos auditores independentes no âmbito do mercado de valores mobiliários e chama a atenção para a aplicação das normas profissionais.

Os itens destacados no ofício são:

- Informações Periódicas (Art. 16 – Instrução CVM 308);
- Atualização Cadastral (Instrução CVM 510);
- Comunicações relativas aos arts. 7º e 7º-A da Instrução CVM 301;
- Programa de Revisão Externa de Qualidade (Art. 33 – Instrução CVM 308);
- Programa de Educação Profissional Continuada (Art. 34 – Instrução CVM 308);
- Rotatividade de Auditores (Art. 31 – Instrução CVM 308);
- Emissão de Relatório Circunstanciado (art. 25, inciso II, Instrução CVM308);
- Novo Relatório de Auditoria.

Novo Relatório do Auditor Independente

O Ibracon emitiu, em 6 de fevereiro, a Circular n.º 01/2017 com informações sobre o Novo Relatório do Auditor Independente (NRA).

A circular trata da aplicabilidade do novo relatório e alerta que podem haver situações em que o comunicado técnico referente ao setor da entidade auditada ainda pode estar em processo de revisão.

Comunicado Técnico n.º 01/2017

O Ibracon no dia 13 de fevereiro emitiu o Comunicado Técnico (CT) 01/2017 com o objetivo de orientar os Auditores Independentes em relação à emissão dos seus relatórios sobre as demonstrações contábeis referentes aos exercícios ou períodos encerrados ou a serem encerrados a partir de 31 de dezembro de 2016.

Manual da Ifac em português

O Ibracon divulgou a versão em português do manual “Escolhendo o Serviço certo – Comparando os Serviços de Auditoria, Revisão, Compilação e Procedimentos Previamente Acordados”, redigido pela Federação Internacional dos Contadores (Ifac).

O documento objetiva auxiliar as Firms de Auditoria de Pequeno e Médio Portes (FAPMP), no que se refere à oferta de serviços.

O NRA e o mercado de capitais

O Ibracon emitiu, em 10 de fevereiro, a Circular n.º 02/2017 com informações sobre o Novo Relatório do Auditor Independente (NRA) no âmbito do mercado de capitais e a decisão relativa ao recurso apresentado pelo Ibracon sobre a interpretação do termo “entidades listadas”, referido na Norma Brasileira de Contabilidade NBC TA 701 – Formação da Opinião e Emissão do Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis (“NBC TA 701”).

Apresentações Técnicas no Ibracon

Com o intuito de atualizar os seus associados sobre os assuntos técnicos em discussão no Ibracon, no Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em fóruns internacionais, o Ibracon promoverá, a partir de abril, apresentações gratuitas aos seus associados. A primeira reunião será em 18/04 e a segunda, em 18/05, ambas na sede do Ibracon, em São Paulo.

As contribuições citadas estão disponíveis no Portal Ibracon, na área restrita aos associados.



A 7ª Conferência Brasileira de Contabilidade e Auditoria Independente será realizada em junho

Serão debatidos temas como a aplicação prática do Novo Relatório do Auditor; a norma Noclar, o Compliance Regulatório para Firmas de Auditoria de Pequeno e Médio Portes (FAPMP), as Ipsas, a auditoria digital e as tendências da era digital

Foto: Arquivo Ibracon





7^a CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE E AUDITORIA INDEPENDENTE

O Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (Ibracon) está recebendo inscrições para a 7ª Conferência Brasileira de Contabilidade e Auditoria Independente, que neste ano ocorrerá nos dias 26 e 27 de junho, no Teatro Bradesco, em São Paulo.

Em diversos painéis, os participantes discutirão temas envolvendo a atividade de auditoria independente e a atuação profissional, tais como as experiências da aplicação prática do Novo Relatório do Auditor; a norma Noclarc – Resposta ao Descumprimento de Leis e Regulamentos, o Compliance Regulatório para Firms de Auditoria de Pequeno e Médio Portes (FAPMP), a Contabilidade Internacional Aplicada ao Setor Público (Ipsas) e as Atualidades das International Financial Reporting Standards (IFRS).

“A programação também incluirá debates sobre o impacto dos avanços tecnológicos na atividade de auditoria independente. Apresentaremos aos participantes o cenário atual da auditoria, novidades em inteligência da informação e as principais tendências na era digital”, afirma Idésio Coelho, presidente do Ibracon. Além de representantes do Ibracon, a conferência terá a participação de debatedores do Conselho Federal de Contabilidade (CFC); da Comissão de Valores Mobiliários (CVM); International Auditing and Assurance Standards Board (Iaasb), Banco Central do Brasil (BCB); Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal (ADPF); International Public Sector Accounting Standards Board (Ipsasb); International Accounting Standards Board (Iasb); Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e International Ethics Standards Board for Accountants (Iesba).

A primeira Conferência Brasileira de Contabilidade e Auditoria Independente ocorreu em 2011, época do 40º aniversário do Ibracon. Desde então, a conferência vem se consolidando como um dos principais eventos para os profissionais de contabilidade e auditoria no Brasil. A conferência se tornou referência



Foto: Flavio R. Guarnieri

Idésio Coelho

no calendário do setor contábil e empresarial do país por discutir temas relevantes na área, antecipar cenários e contribuir com o desenvolvimento e atualização profissional.

A abertura solene da 7ª Conferência Brasileira de Contabilidade e Auditoria Independente será conduzida às 8h30 do dia 26 de junho, segunda-feira, pelos presidentes do Ibracon, Idésio Coelho; do CFC, José Mar-tonio Alves Coelho; e da CVM, Leonardo Pereira.

A primeira palestra ocorrerá às 9h00 e será sobre Tendências da era digital. A palestra seguinte, às 9h45, será sobre Auditoria



Eduardo Pocetti

digital e contará com a participação de Matt Waldron, diretor Técnico do International Auditing and Assurance Standards Board (Iaasb).

Na sequência, às 11h00, haverá um Debate sobre os temas das palestras anteriores. Os debatedores serão o diretor Técnico do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (Ibracon), Rogério Garcia, um representante do Banco Central do Brasil, e o presidente do Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas no Estado de São Paulo (Sescon-SP) e da Associação das Empresas de

Serviços Contábeis do Estado de São Paulo (Aescon-SP), Marcio Massao Shimomoto. O painel terá como moderador o presidente do Conselho de Administração do Ibracon, Eduardo Pocetti.

Depois do almoço, às 13h30, o painel será Inteligência da informação na era digital, com a participação de um representante do Ibracon; da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal (ADPF) e do Ministério Público Federal (MPF). Os debates serão moderados pelo Diretor de Desenvolvimento Profissional do Ibracon, Tadeu Cendón.

Em seguida, às 16h00, o painel será sobre Compliance regulatório para Firms de Auditoria de Pequeno e Médio Portes (FAPMP), e os painelistas serão Paulo Carvalho e Paulo Peppe, sócios de Firms de Auditoria de Pequeno e Médio Portes (FAPMP); e Marco Aurélio Cunha, vice-presidente de Registro do Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A moderação ficará a cargo de Monica Foerster, diretora de FAPMP do Ibracon.

No dia 27 de junho às 8h00, o tema do painel será Contabilidade Aplicada ao Setor Público (Ipsas), cujo palestrante é o coordenador de Normas e Procedimentos Contábeis da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), Bruno Ramos Mangualde. Os debatedores serão o vice-presidente Técnico do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Zulmir Ivânio Breda; a diretora de Contabilidade da Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina, Graziela Meincheim; e como moderador o diretor de Comunicação do Ibracon, Francisco Sant'Anna.

Atualidades das IFRS será o tema do painel às 10h00, ministrado por Amaro Gomes, membro do *Board* do International Accounting Standards Board (IASB). Os debatedores serão o Superintendente de Normas Contábeis e de Auditoria da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), José Carlos Bezerra; o Membro do Grupo de Trabalho de FAPMP do Ibracon, Ricardo Rodil; o coordenador



7ª CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE E AUDITORIA INDEPENDENTE



Foto: Arquivo Ibracon

Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), Edison Arisa Pereira. O moderador será Francisco de Paula dos Reis Júnior, diretor de Administração e Finanças do Ibracon.

Entre 13h30 e 14h15 haverá um palestra e, na sequência, o painel: Noclar – Resposta ao descumprimento de leis e regulamentos. O palestrante será o diretor Técnico do International Ethics Standards Board for Accountants (IESBA), Ken Siong. Os debatedores serão o presidente da 5ª Seção Regional e coordenador do Grupo de Trabalho de Ética do Ibracon, Sergio Dias; o vice-presidente de Fiscalização do CFC, Luiz Fernando Nobrega; e o sócio no Lobo & de Rizzo Advogados, Sergio Varela Bruna. O debate será moderado por Adelino Dias Pinho, diretor de Regionais do Ibracon.

O último painel, às 16h15, será sobre Aplicação prática do Novo Relatório do Auditor (primeiras experiências), com a participação de Patrícia Agostineto, coordenadora do Comitê de Normas de Auditoria (CNA) do Ibracon; Madson Vasconcelos, gerente de Normas de Auditoria da Comissão de Valores

Mobiliários (CVM); e Nelson Carvalho, professor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA/USP). O moderador será o diretor Técnico do Ibracon, Rogério Garcia. ✓



Foto: xxxxxxxxxx



Em sintonia com as mudanças

Em uma administração pública cada vez mais digital, é preciso seguir transformando a cultura organizacional

O ofício da auditoria e as características e capacidades do auditor precisam mudar. E não devem demorar a fazê-lo. O cenário da tão comentada quarta revolução industrial que vivemos nos leva a utilizar novos produtos, testar a custo praticamente zero novos serviços e, nesse cenário, presenciar o nascimento e a morte de profissões.

São tempos de transformações exponenciais. Atualmente, setores tradicionais da indústria e de serviços têm sido afetados pelo ingresso de novos *players* provocando a disrupção de mercados anteriormente estáveis. Esse fenômeno está intimamente ligado à crescente digitalização em praticamente todos os setores do conhecimento humano. O amadurecimento e a confluência

de tecnologias como computação em nuvem, telefonia móvel, redes sociais, ciência de dados e inteligência artificial têm habilitado a chegada de inovações aos mercados consumidores por meio de empresas de menor porte – as *startups* – que transformam radicalmente processos anteriormente estabelecidos.

Empresas como Netflix, Airbnb e Uber transformaram os setores de distribuição de conteúdo audiovisual, hospedagem e transporte sob demanda, respectivamente. Pode-se citar como característica dessas organizações o fato de serem fortemente centradas em informação, ou seja, são empresas que trocaram a posse de grande volume de ativos físicos por grande volume de informações. Essa característica as permite escalar operações em alta velocidade, conquistando novos mercados e consumidores a custos marginais e decrescentes.

Nessa esteira, também ganham importância as iniciativas de automatização de atividades e processos, agora apoiadas por crescente popularização de técnicas e ferramentas baseadas em inteligência artificial. Pesquisa publicada por pesquisadores da universidade de

Márcio Braz



Foto: Arquivo TCU

Wesley Vaz



Foto: Arquivo TCU

Oxford e divulgada na revista *The Economist* no início de 2014 indica em 94% a chance de que o uso da tecnologia resulte em perda de cargos de auditor e contador nas próximas duas décadas¹. Já há casos de substituição de pessoas por algoritmos no mundo da advocacia, profissão semelhante à do auditor quando se considera a atividade principal de analisar informações segundo determinado cenário e criar teses e hipóteses que sustentem seus argumentos. Entretanto, o papel de emitir opinião e demonstrar atos e fatos com evidências robustas deve continuar a existir por algum tempo. Resta saber se esse papel será exercido com a rapidez e efetividade cada vez mais desejada por auditores ou por *softwares* preparados para tal.

Ao mesmo tempo em que a automação de análises pode soar como ameaça à profissão, é necessário compreender as evoluções sob o prisma da transformação do auditor, valorizando a parte do trabalho que, de fato, entrega benefícios reais aos clientes. Ou seja: o papel dos auditores não deverá estar focado em avaliação pontual de situações, e sim na análise profissional de problemas complexos, utilizando o maior número de fontes de informação possíveis e disponíveis, com fluência em novos métodos e tecnologias hoje acessíveis a todos.

As organizações governamentais, por sua vez, não estão imunes ou alheias a esse processo e, aos poucos, mas talvez em medida não tão acelerada quanto seus pares privados, passam a utilizar em suas atividades e estratégias um volume cada vez maior de informações. A adoção de estratégias que visam ganhos de eficiência do Estado, como a promoção do Governo Digital (Decretos 8.638/2016 e 8.936/2016), implicam necessariamente na transformação de processos convencionais e na substituição de operações físicas por operações digitais que fazem uso intenso de informação.

Em função disso, a atividade de auditoria é afetada sobremaneira. A digitalização das atividades governamentais demanda dos profissionais e órgãos de controle mais

investimentos em capacidade para trabalhar com informações.

O setor de auditoria é apenas mais um dos campos de atuação humana afetados pela transformação digital. Multiplicam-se o volume e a complexidade das informações utilizadas pelos setores fiscalizados e disponíveis para apoiar as funções de controle. Logo, não é admissível ignorar a utilização de tecnologia para ampliar o alcance, a profundidade e a tempestividade dos testes de auditoria.

Essas mudanças demandam das instituições de controle investimentos em capacitação no uso de novas técnicas e de ferramentas para fazer frente a esse volume de informações e às exigências de maior precisão e agilidade nas conclusões dos trabalhos de auditoria. Porém, tais investimentos devem ser pautados por uma estratégia e diretrizes claros que visem maximizar o aproveitamento de informações e diminuir a curva de adaptação de auditores aos novos métodos de trabalho.

Os resultados que têm sido alcançados no acompanhamento de setores como o de aquisições públicas reforçam as convicções de que é necessário seguir aprimorando processos e transformando a cultura organizacional para que, em um cenário de uma administração pública cada vez mais digital e dependente de informações, possamos seguir contribuindo com aprimoramento da gestão pública, com o combate à corrupção e à ineficiência, e promovendo a melhoria das políticas públicas em prol do cidadão. ✓

Márcio Rodrigo Braz, CISA - Secretário de Fiscalização de TI - TCU

Wesley Vaz Silva, CISA, CGEIT - Secretário de Gestão de Informações para o Controle Externo - TCU.

¹ <http://www.economist.com/news/briefing/21594264-previous-technological-innovation-has-always-delivered-more-long-run-employment-not-less>

Este artigo reflete as opiniões dos autores e não da Revista Transparência. A publicação não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizada pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso destas informações.

Uma vida dedicada à Contabilidade pública

Após ter cursado colégio militar, Leonardo Nascimento trocou a aspiração à carreira no Exército pela profissão de contador. Hoje ele é o coordenador-geral de Normas de Contabilidade Aplicadas à Federação, na Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda. Para Nascimento, “os contadores são peças-chave para proteger o erário de agentes públicos que tentam utilizar seus cargos em buscas de benefícios particulares”

Foi por acaso que a Contabilidade entrou na vida de Leonardo Silveira do Nascimento. Por ter estudado por muitos anos em um colégio militar, em Brasília, ele sempre achou que seguiria carreira no Exército. Mas, por influência de um tio que trabalhava como contador, Leonardo começou a repensar a preferência inicial. “Enxerguei na Contabilidade uma área promissora, que carecia de profissionais qualificados. Havia ali um campo vasto para explorar”, afirma.

Formado em Ciências Contábeis pela Universidade de Brasília (UnB), Leonardo Nascimento é hoje o coordenador-geral de Normas de Contabilidade Aplicadas à Federação, na Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda. Ele também é representante do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) no International Public Sector Accounting Standards Board (Ipsasb), que conta com o apoio da International Federation of Accountants (Ifac). Seu currículo traz ainda um mestrado em Contabilidade pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e um MBA em Gestão Orçamentária e Finanças do Setor Público pelo Centro Universitário do Distrito Federal (UnIDF).

Assim que se formou, Leonardo viu-se atraído pela carreira pública e logo começou a se preparar para concursos. A jornada no Tesouro começou em 2003. Ele lembra que eram tempos difíceis, de transição para a economia brasileira após uma

década de estabilização conquistada com o Plano Real.

“O Governo Federal experimentava um grande desafio, trazido pelas novas tecnologias. Na mesma época, também ganhou corpo o processo de adequação do Brasil às normas internacionais de contabilidade, tanto na área privada como no serviço público”, lembra Nascimento.

Leonardo Nascimento vê as novas tecnologias e Tecnologias da Informação (TIs) como ferramentas fundamentais aos profissionais da Contabilidade. Para ele, essas tecnologias promovem mudanças positivas, que permitem uma maior evolução do profissional. Antes mais ligado ao aspecto operacional, esse profissional tem passado, com o auxílio dessas tecnologias, a trabalhar com mais ênfase em processos de análise. “Inclusive essas ferramentas trazem a possibilidade de que o profissional atue com mais eficiência junto ao gestor na busca de melhores opções às finanças e gastos das instituições”, pontua.

E quando analisa o papel da Contabilidade nos órgãos públicos, Nascimento destaca sua importância social. “Trata-se de uma ferramenta essencial para dar maior transparência ao setor, o que é uma demanda das sociedades não apenas no Brasil mas em todo o mundo”, diz. “Os contadores são peças-chave para proteger o erário de agentes públicos que tentam utilizar seus cargos em busca de benefícios particulares”, afirma.



Foto: Arquivo Ibracon

Leonardo Nascimento



Foto: Arquivo Ibracon

Leonardo Nascimento

Nascimento trabalha na padronização de normas técnicas e manuais que garantam a efetividade do trabalho dos contadores da esfera pública em todo o país. Ele também se envolve em práticas de capacitação e treinamentos, promovidas por meio de um acordo de cooperação técnica entre o Tesouro Nacional e o Conselho Federal de Contabilidade (CFC). O objetivo é que os seminários e *workshops* promovam um alinhamento pedagógico, criem multiplicadores e promovam a disseminação das normas para todos os estados e municípios. “Essa preocupação com a capacitação na área pública é também uma forma de valorização da Contabilidade no país”, ressalta.

Ele acredita ainda que a Contabilidade pública pode avançar muito, principalmente em tempos de crise como o que vivemos hoje. Assim, uma profissão que parecia ser coisa do passado revela-se surpreendentemente atual. “Para mim, o mais fascinante é

que esta é a profissão mais transversal que existe”, explica Nascimento. Todos os departamentos de uma empresa – pública ou privada – se comunicam ou dependem, de alguma forma, da Contabilidade. Não é à toa que muitas das profissões consideradas mais promissoras para o futuro estão ligadas à nossa área. O sucesso e a resiliência das organizações diante da crise dependem muito da Contabilidade”, destaca.

Para Leonardo, essas oportunidades também podem convencer cada vez mais profissionais da Contabilidade a buscar melhor qualificação e especialização. “De um modo geral, aqueles que se destacam na profissão são os que não dependem exclusivamente da formação acadêmica, já que esta ainda é deficiente diante da realidade e das necessidades do mercado. O esforço pessoal e a busca por cursos de especialização ainda são os fatores que irão garantir o destaque do profissional”, finaliza Nascimento. ✓

“Crescemos, e muito. Por isso estamos trazendo a BDO”

BDO Audit Services



A BDO é a quinta maior empresa de auditoria do Brasil e do mundo, possui em sua carteira mais de 60 empresas de capital aberto no Brasil.

O departamento de mercado de capitais da BDO possui ampla experiência em atendimento a grandes grupos econômicos, que possuem operações complexas, e por conseguinte, demandam um alto conhecimento técnico, tanto do negócio quanto de legislação nacional e internacional.

Audit | Tax | Advisory | Outsourcing
relacionamento@bdobrazil.com.br
www.bdobrazil.com.br



Conheça as firmas de auditoria associadas ao Ibracon

Alagoas

Convicta Auditores Independentes S/S
Maceió, AL / Tel: (82) 3336-5479

Amazonas

Baker Tilly Brasil Norte S/S – Auditores Independentes – EPP
Manaus, AM / Tel: (92) 3232-6046
Jd Auditores Independentes – Ltda
Manaus, AM / Tel: (92) 3631-0118

Bahia

Audicont – Auditores e Consultores S/C
Salvador, BA / Tel: (71) 3341-8977
Performance Auditoria e Consultoria Empresarial S/C
Salvador, BA / Tel: (71) 3113-4530

Ceará

Controller Auditoria e Assessoria Contábil S/C
Fortaleza, CE / Tel: (85) 3208-2700
Dominus Auditoria Consultoria e Treinamentos S/S
Fortaleza, CE / Tel: (85) 3224-6393

Distrito Federal

Ápice Contábil – Auditores Independentes S/S Ltda
Brasília, DF / Tel: (61) 3346-0667
Audiger Auditores e Consultores
Brasília, DF / Tel: (61) 3328-2628
Global Auditores Independentes S/C
Brasília, DF / Tel: (61) 3224-5494
Itecon Instituto Técnico de Consultoria e Auditoria
Brasília, DF / Tel: (61) 3224-7799

Goiás

Masters Auditores Independentes S/C
Goiânia, GO / Tel: (62) 3224-6116

Minas Gerais

ADPM – Administração Pública Para Municípios Ltda
Belo Horizonte, MG / Tel: (31) 2102-3711
Baker Tilly Brasil MG Auditores Independentes
Belo Horizonte, MG / Tel: (31) 3118-7800
Castro, Serra, Nirdo Auditores Independentes
Belo Horizonte, MG / Tel: (31) 3226-6286
Fernando Motta e Associados Auditoria Independente
Belo Horizonte, MG / Tel: (31) 3221-3500
Nexia Teixeira Auditores
Belo Horizonte, MG / Tel: (31) 3282-9939

Orplan Auditores Independentes
Belo Horizonte, MG / Tel: (31) 3115-1400

Paraná

Bazzaneze & Auditores Independentes S/S
Curitiba, PR / Tel: (41) 3322-9098
CPN Auditores Independentes S/S
Curitiba, PR / Tel: (41) 3222-0048
Grunitzky Auditores Independentes S/S
Curitiba, SP / Tel: (41) 3322-9982
Muller & Prei Auditores Independentes S/S
Curitiba, PR / Tel: (41) 3078-9990
Torre Auditores Independentes S/S
Curitiba, PR / Tel: (41) 3018-3880

Pernambuco

ARC & Associados Auditores Independentes S/C
Recife, PE / Tel: (81) 3035-6500
Chronus Auditores Independentes
Recife, PE / Tel: (81) 3231-6563
Directivos Auditores Independentes
Recife, PE / Tel: (81) 3325-2251
Ferreira & Associados Auditores Independentes
Jaboatão dos Guararapes, PE
Tel: (81) 3453-5553
Guimarães & Associados Aud. e Cons. S/C
Recife, PE / Tel: (81) 3465-0762
PHF Auditores Independentes
Recife, PE / Tel: (81) 3467-4565
Referencial Auditores e Consultores S/S
Recife, PE / Tel: (81) 3421-9001
SA Leitão Auditores S/C
Recife, PE / Tel: (81) 3366-9922
100Porcento Auditores Independentes S/S
Recife, PE / Tel: (81) 3242-2406

Rio de Janeiro

Acal – Auditores Independentes S/S
Rio de Janeiro, RJ / Tel: (21) 2159-8801
BKR Lopes, Machado Auditores e Consultores
Rio de Janeiro, RJ / Tel: (21) 2156-5800
Criterio Auditores e Consultores Associados S/C
Rio de Janeiro, RJ / Tel: (21) 2233-0977
Crowe Horwath Bendoraytes e Cia Auditores Independentes
Rio de Janeiro, RJ / Tel: (21) 3385-4662
FSA Network
Rio de Janeiro, RJ / Tel: (21) 2509-6200
HLV Auditores S/S
Rio de Janeiro, RJ / Tel: (21) 2262-5115
Indep Auditores Independentes S/C
Rio de Janeiro, RJ / Tel: (21) 2263-5189

LMPG Auditores Independentes
Rio de Janeiro, RJ / Tel: (21) 2524-0345

Loudon Blomquist Auditores Independentes
Rio de Janeiro, RJ / Tel: (21) 2509-8658

Opinião Auditores Independentes
Rio de Janeiro, RJ / Tel: (21) 2223-2785

Premiumbravo Auditores Independentes
Rio de Janeiro, RJ / Tel: (21) 3410-3679

Walter Heuer Auditores Independentes
Rio de Janeiro, RJ / Tel: (21) 2240-1332

Rio Grande do Sul

Arruda & Matos Auditores Associados S/S
Porto Alegre, RS / Tel: (51) 3072-5282

Maciel Auditores S/S EPP
Porto Alegre, RS / Tel: (51) 3037-5034

UHY Moreira Auditores
Porto Alegre, RS / Tel: (51) 3210-8000

Santa Catarina

Berkan Auditores Independentes
Blumenau, SC / Tel: (47) 3035-2668

Martinelli Auditores
Joinville, SC / Tel: (47) 2101-1900

Sergipe

A Priori Auditores Independentes S/S
Aracaju, SE / Tel: (79) 3011-5005

Ricarte Contabilidade S/C LTDA
Aracaju, SE / Tel: (79) 2106-3800

São Paulo

4partners Auditores Independentes S/S
São Paulo, SP / Tel: (11) 5102-2510

Aguiar Feres Auditores Independentes S/S
Ribeirão Preto, SP / Tel: (16) 3632-3100

Alonso Barreto e Cia Auditores Independentes
São Paulo, SP / Tel: (11) 3255-8310

Andreoli e Associados Auditores Independentes
São Paulo, SP / Tel: (11) 5052-6250

Ápice Auditores Independentes Ltda.
São Paulo, SP / Tel: (11) 3171-2727

Apply Auditores Associados
Santos, SP / Tel: (13) 3228-2700

Approach Auditores Independentes
Presidente Prudente, SP / Tel: (18) 3916-5185

Assessor Bordin Consultores Empresariais Ltda
São Paulo, SP / Tel: (11) 3526-7346

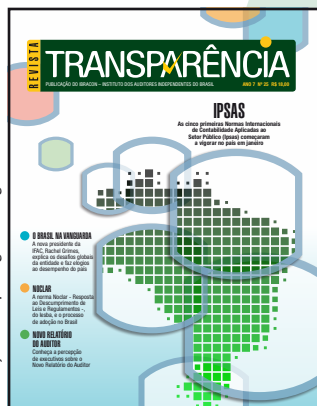
Atac Auditores Independentes S/S
Santos, SP / Tel: (13) 3221-8879

Athros Auditoria e Consultoria
São Caetano, SP / Tel: (11) 4435-7302

As firmas estão listadas por Estado, considerando a jurisdição de associação, que pode ser feita em mais de uma Seção Regional do Ibracon. A identificação do Estado não significa a área geográfica de atuação, informação que deve ser consultada diretamente com a firma selecionada. O Ibracon não é uma instituição certificadora de seus associados.

Attest Auditores Independentes Ribeirão Preto, SP / Tel: (16) 3237-3534	Fabri Auditores São Paulo, SP / Tel: (11) 3141-0398	Opinion Auditores e Consultores S/C São Paulo, SP / Tel: (11) 3256-4864
Audilink e Cia Auditores Ltda São Paulo, SP / Tel: (11) 3819-2207	Factual Auditores Independentes Ribeirão Preto, SP / Tel: (16) 3877-6569	Padiani Auditores Independentes S/S Boituva, SP / Tel: (11) 3263-1798
Audioesp Auditoria e Consultoria S/S Campinas, SP / Tel: (19) 3255-7966	FSA Network São Paulo, SP / Tel: (11) 3097-9994	Padrão Auditoria S/S São Paulo-SP / Tel: (11) 5080-5855
Audisa Auditores Associados Santana de Parnaíba, SP / Tel: (11) 3825-9671	Galloro e Associados Auditores Independentes São Paulo, SP / Tel: (11) 3255-0555	Partnership Auditores e Consultores S/S São Paulo, SP / Tel: (11) 3541-2992
Auditora Brasileira S/S Limeira, SP / Tel: (19) 3701-4718	Geasc – Auditoria, Assessoria e Serviços Contábeis Ltda. São Paulo, SP / Tel: (11) 2272-3501	Pemom Auditores Independentes S/S São Paulo, SP / Tel: (11) 2619-0500
Azevedo Auditoria e Assessoria Contábil Ltda. Araçatuba, SP / Tel: (18) 3117-4500	Gorioux Faro Auditores São Paulo, SP / Tel: (11) 3284-2828	Peppe Associados Consultores e Auditores Independentes São Paulo, SP / Tel: (11) 5531-9975
BC Control Auditoria e Consultoria São Paulo, SP / Tel: (11) 3828-0911	Grant Thornton Auditores Independentes São Paulo, SP / Tel: (11) 3886-5100	Personal Auditoria e Consultoria Empresarial S/C São Paulo, SP / Tel: (11) 3637-6192
BDO RCS São Paulo, SP / Tel: (11) 3848-5880	Hirashima & Associados Auditores Independentes São Paulo, SP / Tel: (11) 5102-0007	PP&C Auditores Independentes São Paulo, SP / Tel: (11) 3883-1600
BKR Lopes, Machado Auditores e Consultores São Paulo, SP / Tel: (11) 5041-4610	HLB Onix Auditoria e Consultoria Empresarial Ltda São Paulo, SP / Tel: (11) 5579-8988	PwC São Paulo, SP / Tel: (11) 3674-2000
BLB Auditores Independentes Ribeirão Preto, SP / Tel: (16) 3941-5999	Igaf – Rodyo’s Auditores Independentes S/S São Paulo, SP / Tel: (11) 5081-5458	Rengi Trevor Auditores Independentes S/S São Paulo, SP / Tel: (11) 2129-8980
Caaud Auditores Independentes S/S São Paulo, SP / Tel: (11) 9.8609-7089	Irmãos Campos e Cerbocini Auditores Associados São Paulo, SP / Tel: (11) 3675-1228	RM Auditoria Contabil – S/S Santos, SP / Tel: (13) 3222-5848
CCA Continuity Auditores Independentes S/S São Paulo, SP / Tel: (11) 2613-0293	JDM Auditores e Consultores S/C São Paulo, SP / Tel: (11) 3872-1995	Rodl e Partner Auditores Independentes São Paulo, SP / Tel: (11) 5094-6060
Cokinos & Associados Auditores Independentes S/S São Paulo, SP / Tel: (11) 5085-0280	KPMG São Paulo, SP / Tel: (11) 3940-1500	Sacho Auditores Independentes São Paulo, SP / Tel: (11) 2796-2977
Conaud Auditores Independentes S/C Ribeirão Preto, SP / Tel: (16) 3931-1718	KSI Brasil Auditores Independentes São Paulo, SP / Tel: (11) 3218-7795	SGS Auditores Independentes São Paulo, SP / Tel: (11) 3862-1844
Confiance Auditores Independentes São Paulo, SP / Tel: (11) 5044-0683	LCC Auditores Independentes São Paulo, SP / Tel: (11) 3798-3313	Simionato Auditores Independentes Campinas, SP / Tel: (19) 3255-8040
Consulcamp Auditoria e Assessoria Campinas, SP / Tel: (19) 3231-0399	LM Auditores Associados São Paulo, SP / Tel: (11) 5572-3962	Taticca Auditores Independentes São Paulo, SP / Tel: (11) 3062-3000
Cotrin e Associados Auditores Independentes São Paulo, SP / Tel: (11) 3062-9185	Lopes Auditoria e Contab. Ltda. Piracicaba, SP / Tel: (19) 3434-3659	TG&C Auditores Independentes São Paulo, SP / Tel: (11) 5908-4220
Crowe Horwath Macro Auditores Independentes S/S São Paulo, SP / Tel: (11) 5632-3733	Magalhaes Andrade Auditores Independentes S/S São Paulo, SP / Tel: (11) 3814-3377	Triade Auditores e Consultores São Paulo, SP / Tel: (11) 3079-3022
De Biasi Auditores Independentes São José dos Campos, SP / Tel: (12) 2138-6000	MAP Auditores Independentes EPP São Paulo, SP / Tel: (11) 3145-3545	Units Auditores e Consultores S/C São Paulo, SP / Tel: (11) 5102-3793
Deloitte São Paulo, SP / Tel: (11) 5186-1000	Mazars Auditores Independentes S/S São Paulo, SP / Tel: (11) 3524-4500	Unity Auditores Independentes São Paulo, SP / Tel: (11) 2869-8358
EY São Paulo, SP / Tel: (11) 2573-3000	Moore Stephens Lima Luchesi Auditores Independentes São Paulo, SP / Tel: (11) 5561-2230	Upwards Auditores Independentes S/S EPP São Paulo, SP / Tel: (11) 5503-6588
ETAE Auditores Independentes São Paulo, SP / Tel: (11) 3122-6333	Moore Stephens Prisma Auditoria e Consultoria Ribeirão Preto, SP / Tel: (16) 3019-7900	W.R.M Auditoria e Consultoria S/S Ltda Bauru, SP / Tel: (14) 9.9148-7076
Evolução Auditores Independentes S/S Campinas, SP / Tel: (19) 3324-6696	Narazzaqui HF & Cia – Auditores São Paulo, SP / Tel: (11) 5572-4156	
Exame Auditores Independentes Nova Ribeirânia, SP / Tel: (16) 3514-5300		

Base: março/17



A Revista Transparência é uma publicação trimestral do Ibracon – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil

Tiragem: 3.500 exemplares

Rua Maestro Cardim, 1.170, 9º and.
CEP 01323-001
Bela Vista, São Paulo, SP
Tel/Fax: (11) 3372-1223
www.ibracon.com.br
revistatransparencia@ibracon.com.br

IBRACON
INSTITUTO DOS AUDITORES INDEPENDENTES DO BRASIL

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

Eduardo Augusto Rocha Pocetti

Secretário

Jorge Luiz Canabarro Menegassi

Membros

Adeildo Osório de Oliveira
Antomar de Oliveira Rios
Ernesto Rubens Gelbcke
Fernando Dantas Alves Filho
Idésio da Silva Coelho Júnior
Juarez Lopes de Araújo
Marcelo de Deus Saweryn
Marcelo Galvão Guerra
Paolo Giuseppe Lima de Araújo
Paulo Buzzi Filho
Paulo Cezar Santana
Pedro Augusto de Melo
Raul Corrêa da Silva
Rogério Costa Rokembach
Sergio Antonio Dias

DIRETORIA NACIONAL

Presidente

Idésio da Silva Coelho Júnior

Diretor Técnico

Rogério Hernandez Garcia

Diretor de Administração e Finanças

Francisco de Paula dos Reis Júnior

Diretor de Desenvolvimento Profissional

Tadeu Cendón Ferreira

Diretor de Regionais

Adelino Dias Pinho

Diretor de Comunicação

Francisco Antonio Maldonado Sant'Anna

Diretora de FAPMP

Monica Foerster

Superintendente

Marco Aurelio Fuchida

CONSELHO EDITORIAL

Adelino Dias Pinho

Alfried Plöger

Fábio Moraes da Costa

Fernanda Queiroz Rivelli

Francisco Antonio Maldonado Sant'Anna

Henrique José Fernandes Luz

Jorge Alberto da Cunha Moreira

Jorge Luiz Canabarro Menegassi

Marco Aurelio Fuchida

Renato Souza

Wellington Rocha

Colaboração

Shirlei Liberal Nogueira Lima

SEDE NACIONAL

Ibracon - Instituto dos
Auditores Independentes
do Brasil

Rua Maestro Cardim, 1170,
9º andar

01323-001, Bela Vista, São Paulo, SP

Fone/Fax: 55 (11) 3372-1223

www.ibracon.com.br

SEÇÕES REGIONAIS

1ª Seção Regional

Rua Azevedo Bolão, 28
60450-675, Fortaleza, CE
Fone/fax: (85) 3065-1099,
(85) 98833-4414
ibraconprimeira@ibracon.com.br

2ª Seção Regional

Rua José Aderval Chaves, 78, sl. 405
51111-030, Recife, PE
Fone: (81) 3327-1174, (81) 99191-0311
ibraconsegunda@ibracon.com.br

3ª Seção Regional

Av. Passos, 101, cj 504
20051-040, Rio de Janeiro, RJ
Fone/Fax: (21) 2233-5833,
(21) 2233-5917, (21) 2233-5357
ibraconterceira@ibraconterceira.com.br

4ª Seção Regional

Rua Santa Catarina, 1630,
sl. 104/105
30170-081, Belo Horizonte, MG
Fone: (31) 3275-3070
ibraconquarta@ibracon.com.br

5ª Seção Regional

Rua Maestro Cardim, 1170,
9º andar
01323-001, São Paulo, SP
Fone: (11) 3372-1223
ibraconquinta@ibracon.com.br

6ª Seção Regional

Rua dos Andradas, 718, cj. 402
90020-004, Porto Alegre, RS
Fone: (51) 3228-3140
ibraconsexta@ibracon.com.br

9ª Seção Regional

Rua Methódio Coelho, 91
Ed. Prado Empresarial, sl. 607
40279-120, Salvador, BA
Fone: (71) 3353-2126
ibraconnona@ibracon.com.br

EXLibris

1998 comunicação integrada

Av. Paulista, 509, cj. 602
01311-000 São Paulo SP
Tel: (11) 3266-6088
contato@libris.com.br
www.libris.com.br

Jornalista Responsável
Jayme Brener (MTb 19.289)

Editora-chefe
Geralda Privatti

Projeto gráfico e diagramação
Cesar Mangiacavalli

Impressão
Vox Editora

Boa visão e atitude mitigam riscos.

Você tem controle de tudo
o que sua empresa faz?



O ACI Institute é uma iniciativa exclusiva da KPMG que estabelece um canal de comunicação e interação com os membros dos Conselhos de Administração, Conselhos Fiscais e dos Comitês de Auditoria. O objetivo é gerar conhecimento, compromisso e capacidade. Saiba mais em www.kpmg.com.br

Anticipate tomorrow. Deliver today.



DECOLE SUA CARREIRA E GARANTA UM FUTURO DOS SONHOS

CIÊNCIAS CONTÁBEIS EXECUTIVA

Maior índice de Aprovação no
Exame de Suficiência do CFC

Tempo de conclusão
em 1 ano e meio*

Maior número de alunos
atuando nas grandes corporações

Maior índice de
empregabilidade do mercado

Parceria com as principais
empresas de auditoria do país

Mais informações:

www.trevisan.edu.br

WhatsApp: (11) 9-6456-0105

Grande São Paulo: (11) 3138-5201

Rio de Janeiro e demais localidades: 4003-5008

*Sujeito a análise do histórico

